

**CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO 6ª REGIÃO**

Sede: Rua Senador José Henrique, 231, Recife/PE, CEP 50070-460
Telefone: (81) 4042-2494 - <http://crn6.org.br> - E-mail: crn6@crn6.org.br

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2026

Processo Administrativo n.º 060634.000014/2025-65

Data da Sessão Pública: dia 20 de fevereiro de 2026, às 10h00 (horário de Brasília).

Critério de Julgamento: Menor Preço Global.

Modo de Disputa: Aberto e Fechado.

Exclusiva ME/EPP: Sim, exceto o item 9.

Torna-se público que o **CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO DA 6ª REGIÃO (CRN-6)**, Autarquia Federal de fiscalização profissional, por meio do Setor de Licitações e Contratos, sediado na Rua Senador José Henrique, nº 231, sala nº 2105, Ilha do Leite, Recife/PE, CEP 50.070-460, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 11.674.272/0001-93, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de soluções de tecnologia da informação e comunicação de fornecimento de subscrição de licenças de softwares, aplicativos e sistemas operacionais, incluindo suporte técnico e garantia de atualização de versões, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em lotes, formados por mais de um item, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS.

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.

3.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os lotes 2 a 5, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. sociedades cooperativas;

3.9.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio. A participação de pessoas jurídicas em consórcio não se justifica neste certame, uma vez que o objeto, aquisição de licenças de informática, trata de produto padronizado, de fornecimento simples e imediato, plenamente atendido por empresas de forma individual. A admissão de consórcios apenas aumentaria a complexidade administrativa e os custos de gestão contratual, sem trazer benefícios à Administração.

3.9.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.5 e 3.8.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.7.5 e 3.7.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO.

4.1. O orçamento da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita

bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 6.1.1. Valor unitário e valor total do item, considerando o período de 12 (doze) meses;
- 6.1.2. Marca do software, aplicativo, plataforma ou afins;
- 6.1.3. Fabricante;
- 6.1.4. Quantidade cotada, respeitando o mínimo estabelecido no Termo de Referência;
- 6.1.5. Prazo de entrega ou disponibilização das licenças;
- 6.1.6. Condições de suporte técnico e atualização, se aplicáveis;
- 6.1.7. Observações relevantes sobre compatibilidade ou requisitos técnicos, quando exigidos.
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 6.2.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.5. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional
- 6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. A disputa ocorrerá exclusivamente pelo valor total do lote, sendo desclassificadas propostas que apresentem valores apenas por item ou que não contemplem todos os itens do lote.
- 7.6. Os lances deverão corresponder ao valor global do lote, considerado o somatório de todos os itens que o integram.
- 7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 2 (dois) reais.
- 7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.12. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 7.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.13. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.13.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 7.13.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.13.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.13.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.14. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os

das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.14.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.14.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.14.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.14.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.14.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.14.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.14.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

7.21.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

7.21.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

7.21.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

7.21.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

7.21.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 7.20.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

7.21.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 7.20.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 7.20.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 7.20.1.3 caso esse direito não seja exercido.

7.21.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.23.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.24.2. empresas brasileiras;

7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26.7. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO.

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.1.1. SICAF;
- 8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.
- 8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 8.2.1. A consulta ao CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 8.6. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.8.1. conter vícios insanáveis;
- 8.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 8.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.14. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela administração.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

- 9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (DUAS) HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (DUAS) HORAS, para:
- 9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.
- 9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO.

- 10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 3 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 3 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS.

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

- 14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 14.2.1. advertência;
 - 14.2.2. multa;
 - 14.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8, 14.1.9 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021
- 14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a

decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.0.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacoes2@crn6.org.br e compras@crn6.org.br,

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;
- 16.11.2. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- 16.11.3. Anexo II - Minuta de Termo de Contrato;
- 16.11.4. Anexo III - Minuta de Ata de Registro de Preços;
- 16.11.5. Anexo IV - Proposta Comercial.

Recife, 29 de janeiro de 2026.

RAFAEL DE ROCHA AZEREDO

Presidente

FABÍOLA DE CARLA NÓBREGA MARINHO

Secretária



Documento assinado eletronicamente por **FABIOLA DE CARLA NOBREGA MARINHO**, **Secretária**, em 30/01/2026, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §2º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL ROCHA DE AZEREDO**, **Presidente**, em 30/01/2026, às 18:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §2º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfn.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2298251** e o código CRC **FD52E7FE**.



CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO 6ª REGIÃO
Rua Senador José Henrique, 231, Recife/PE, CEP 50070-460
Telefone: (81) 4042-2494 - <http://crn6.org.br/> - E-mail: crn6@crn6.org.br

TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS DE TIC

Processo nº 060634.000014/2025-65.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO.

1.1. Contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de subscrição de licenças de *softwares*, aplicativos e sistemas operacionais, incluindo suporte técnico e garantia de atualização de versões, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes deste Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar anexo e nos termos da tabela abaixo.

LOTES	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Lote 1 (Suíte de Produtividade Corporativa)	1	Licença de software Google Workspace – Business Plus: suíte de produtividade corporativa, incluindo e-mail institucional, armazenamento em nuvem, edição colaborativa de documentos, videoconferências, administração avançada e recursos de segurança, sob demanda. Regime de subscrição anual, com vigência de 12 (doze) meses consecutivos.	18112	Subscrição	10	R\$ 2.963,67	R\$ 29.636,70
	VALOR TOTAL: R\$ 29.636,70 (vinte e nove mil, seiscentos e trinta e seis reais e setenta centavos).						
Lote 2 (Comunicação Institucional e Atendimento Digital)	2	Licença serviço de envio de SMS – LocaSMS: plataforma para envio em massa de mensagens de texto, com relatórios de entrega, integração via API e suporte a campanhas institucionais, sob demanda. Regime de subscrição anual, com vigência de 12 (doze) meses consecutivos.	27502	Subscrição	1	R\$ 28.783,33	R\$ 28.783,33
	3	Licença de software JivoChat – Básico: sistema de atendimento digital multicanal, com integração a site, WhatsApp, redes sociais e relatórios de interação, sob demanda. Regime de subscrição anual, com vigência de 12 (doze) meses consecutivos.	27502	Subscrição	12	R\$ 1.414,58	R\$ 16.974,96
		VALOR TOTAL: R\$ 45.758,29 (quarenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e oito reais e vinte e nove centavos).					
Lote 3 (Transcrição e Registro de Reuniões)	4	Licença de software Tactiq – Plano Equipe: ferramenta para transcrição automática de reuniões online (Google Meet, Zoom, Teams), com exportação de atas e resumos, sob demanda. Regime de subscrição anual, com vigência de 12 (doze) meses consecutivos.	27502	Subscrição	2	R\$ 2.438,67	R\$ 4.877,34
		VALOR TOTAL: R\$ 4.877,34 (quatro mil, oitocentos e setenta e sete reais e trinta e quatro centavos).					

Lote 4 (Criação Gráfica e Apresentações Visuais)	5	Licença de software Canva – Plano Equipes: solução colaborativa para criação e edição de materiais gráficos, apresentações, campanhas e identidade visual institucional, sob demanda. Regime de subscrição anual, com vigência de 12 (doze) meses consecutivos.	27502	Subscrição	1	R\$ 1.493,21	R\$ 1.493,21
	6	Licença de software Gamma – Plano Pro: plataforma para criação de apresentações interativas e conteúdos visuais dinâmicos, com recursos de inteligência artificial, sob demanda. Regime de subscrição anual, com vigência de 12 (doze) meses consecutivos.	27502	Subscrição	1	R\$ 1.483,50	R\$ 1.483,50
		VALOR TOTAL: R\$ 2.976,71 (dois mil, novecentos e setenta e seis reais e setenta e um centavos).					
Lote 5 (Edição de Vídeo e Conteúdo Audiovisual)	7	Licença de software CapCut: editor de vídeos digitais com funcionalidades de cortes, efeitos, legendas automáticas e integração a redes sociais, sob demanda. Regime de subscrição anual, com vigência de 12 (doze) meses consecutivos.	27502	Subscrição	1	R\$ 683,55	R\$ 683,55
		VALOR TOTAL: R\$ 683,55 (seiscentos e oitenta e três reais e cinquenta e cinco centavos).					
Lote 6 (Desenvolvimento e Hospedagem de Sites)	8	Licença de software Duda – Plano Equipe: plataforma de criação, hospedagem e gerenciamento de sites institucionais, com recursos de colaboração e integração, sob demanda. Regime de subscrição anual, com vigência de 12 (doze) meses consecutivos.	27502	Subscrição	1	R\$ 3.518,60	R\$ 3.518,60
		VALOR TOTAL: R\$ 3.518,60 (três mil, quinhentos e dezoito reais e sessenta centavos).					
Lote 7 (Gestão de Documentos Digitais - Exclusivo Adobe)	9	Licença de software Acrobat Pro – Equipes: ferramenta corporativa para criação, edição, conversão e assinatura digital de documentos em PDF, com recursos colaborativos, sob demanda. Regime de subscrição anual, com vigência de 12 (doze) meses consecutivos.	27502	Subscrição	5	R\$ 1.470,00	R\$ 7.350,00
		VALOR TOTAL: R\$ 7.350,00 (sete mil, trezentos e cinquenta reais).					
Lote 8 (Inteligência Artificial para Texto e Análise)	10	Licença de software ChatGPT – Plano Plus: ferramenta de inteligência artificial para geração de textos, análises, resumos e apoio a atividades administrativas, sob demanda. Regime de subscrição anual, com vigência de 12 (doze) meses consecutivos.	27502	Subscrição	1	R\$ 2.472,00	R\$ 2.472,00
	11	Licença de software OpenAI – gpt-4o-mini: modelo de IA para automação de tarefas textuais rápidas, com consultas contextuais de baixo custo, sob demanda. O uso da solução será realizado via integração por API. Para fins de proposta, as licitantes devem considerar uma estimativa de 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) tokens mensais, totalizando 18.000.000 (dezoito milhões) de tokens anuais. Regime de subscrição anual, com vigência de 12 (doze) meses consecutivos.	27502	Subscrição	1	R\$ 3.345,80	R\$ 3.345,80
		VALOR TOTAL: R\$ 5.817,80 (cinco mil, oitocentos e dezessete reais e oitenta centavos).					
Lote 9 (Agentes Virtuais e Atendimento Automatizado)	12	Licença de software Super Agentes – Plano Gerencial: plataforma para criação e gestão de agentes virtuais de atendimento inteligente, sob demanda.	27502	Subscrição	6	R\$ 1.345,42	R\$ 8.072,52

		Regime de subscrição anual, com vigência de 12 (doze) meses consecutivos.					
		VALOR TOTAL: R\$ 8.072,52 (oito mil, setenta e dois reais e cinquenta e dois centavos).					
Lote 10 (Geração de Imagens e Vídeos por IA)	13	Licença de software Pixverse – Plano Pro: aplicação baseada em IA para geração de imagens e vídeos animados a partir de descrições textuais, sob demanda. Regime de subscrição anual, com vigência de 12 (doze) meses consecutivos.	27502	Subscrição	1	R\$ 4.038,51	R\$ 4.038,51
	14	Licença de software D-ID – Plano Pro: ferramenta de IA para criação de avatares e vídeos realistas a partir de imagens e textos, sob demanda. A subscrição anual deverá contemplar o fornecimento de, no mínimo, 240 (duzentos e quarenta) créditos anuais para a geração de avatares e vídeos. Regime de subscrição anual, com vigência de 12 (doze) meses consecutivos.	27502	Subscrição	1	R\$ 1.846,67	R\$ 1.846,67
	15	Licença de software MidJourney – Standard: plataforma de IA para geração de imagens de alta qualidade a partir de comandos textuais, sob demanda. Regime de subscrição anual, com vigência de 12 (doze) meses consecutivos.	27502	Subscrição	1	R\$ 2.866,67	R\$ 2.866,67
		VALOR TOTAL: R\$ 8.751,85 (oito mil, setecentos e cinquenta e um reais e oitenta e cinco centavos).					
Lote 11 (Síntese de Processamento de Voz por IA)	16	Licença de software ElevenLabs – Plano Pro: ferramenta de IA para síntese e clonagem de voz, com geração de áudios multilíngues, sob demanda. Regime de subscrição anual, com vigência de 12 (doze) meses consecutivos.	27502	Subscrição	1	R\$ 2.371,45	R\$ 2.371,45
		VALOR TOTAL: R\$ 2.371,45 (dois mil, trezentos e setenta e um reais e quarenta e cinco centavos).					
Lote 12 (Automação de Processos e Integração de Sistemas)	17	Licença de software Make – Plano Pro: solução de automação de processos e integração entre sistemas e aplicativos, com fluxos personalizados, sob demanda. A plataforma de automação deverá suportar o mínimo de 20.000 (vinte mil) operações mensais, permitindo fluxos de integração contínuos entre os sistemas institucionais. Regime de subscrição anual, com vigência de 12 (doze) meses consecutivos.	27502	Subscrição	1	R\$ 2.093,33	R\$ 2.093,33
		VALOR TOTAL: R\$ 2.093,33 (dois mil, noventa e três reais e trinta e três centavos).					
Lote 13 (Análise de Dados e Business Intelligence)	18	Licença de software Power BI Pro: plataforma para análise de dados, geração de relatórios interativos e dashboards com compartilhamento em tempo real, sob demanda. Regime de subscrição anual, com vigência de 12 (doze) meses consecutivos.	27502	Subscrição	1	R\$ 1.073,13	R\$ 1.073,13
		VALOR TOTAL: R\$ 1.073,13 (um mil, setenta e três reais e treze centavos).					
Lote 14 (Backend e Banco de Dados em Nuvem)	19	Licença de software Supabase – Plano Pro: banco de dados em nuvem e plataforma de backend como serviço (BaaS), para desenvolvimento e gestão de aplicações web, sob demanda.	27502	Subscrição	1	R\$ 2.994,18	R\$ 2.994,18

		Regime de subscrição anual, com vigência de 12 (doze) meses consecutivos.					
VALOR TOTAL: R\$ 2.994,18 dois mil, novecentos e noventa e quatro reais e dezoito centavos).							
Lote 15 (Acesso Remoto e Suporte Técnico)	20	Licença de software AnyDesk – Plano Standard: ferramenta de acesso remoto seguro para suporte técnico e colaboração à distância, sob demanda.	27502	Subscrição	1	R\$ 3.143,52	R\$ 3.143,52
		Regime de subscrição anual, com vigência de 12 (doze) meses consecutivos.					
		VALOR TOTAL: R\$ 3.143,52 (três mil, cento e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos).					
Lote 16 (Gestão de Mídias Sociais)	21	Licença de software Mlabs – Plano Completo: plataforma para gestão de redes sociais, agendamento de publicações, atendimento de mensagens e análise de desempenho digital, sob demanda.	27502	Subscrição	1	R\$ 1.460,61	R\$ 1.460,61
		Regime de subscrição anual, com vigência de 12 (doze) meses consecutivos.					
		VALOR TOTAL: R\$ 1.460,61 (um mil, quatrocentos e sessenta reais e sessenta e um centavos).					
Lote 17 (Educação Corporativa e Capacitação em Tecnologia)	22	Licença de software EAD Plataforma – Essentials: ambiente virtual de aprendizagem para hospedagem, gestão e acompanhamento de cursos e treinamentos online, sob demanda.	27502	Subscrição	1	R\$ 10.015,30	R\$ 10.015,30
		Regime de subscrição anual, com vigência de 12 (doze) meses consecutivos.					
	23	Licença de software Plataforma de Curso - Alura Curso Plano Pro: plataforma de capacitação continuada dos colaboradores, voltados à área de tecnologia e inovação.	27502	Subscrição	1	R\$ 4.530,00	R\$ 4.530,00
		Regime de subscrição anual, com vigência de 12 (doze) meses consecutivos.					
		VALOR TOTAL: R\$ 14.545,30 (quatorze mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos).					
Lote 18 (Inteligência de Mercado e Base de Dados Empresariais)	24	Licença de software Empresas Aqui - Plano Plus: plataforma oferece uma base de dados robustas e filtros detalhados que permitem identificar e segmentar empresas.	27502	Subscrição	1	R\$ 3.576,63	R\$ 3.576,63
		Regime de subscrição anual, com vigência de 12 (doze) meses consecutivos.					
		VALOR TOTAL: R\$ 3.576,63 (três mil, quinhentos e setenta e seis reais e sessenta e três centavos).					
VALOR GLOBAL:							R\$ 148.701,51 (cento e quarenta e oito mil, setecentos e um reais, cinquenta e um centavos)

1.2. O (s) serviços(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, todos prestados sob demanda.

1.3. O fornecimento das licenças de software e serviços digitais objeto deste Termo de Referência será realizado em regime de subscrição anual, com vigência de 12 (doze) meses consecutivos, contados a partir da data de assinatura do contrato ou da ativação das licenças pela contratada, o que ocorrer por último, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 1.4. Durante o período contratual, a contratada deverá:
- 1.4.1. garantir a plena disponibilidade e funcionamento contínuo das soluções contratadas;
- 1.4.2. assegurar o suporte técnico remoto, quando aplicável, e a atualização de versões sem ônus adicional para a contratante;
- 1.4.3. permitir a renovação ou prorrogação do fornecimento, conforme previsto nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração;
- 1.4.4. não cobrar valores retroativos referentes a períodos sem cobertura contratual, observadas as vedações da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022;
- 1.4.5. entregar e manter ativas todas as licenças durante a integralidade do período contratado, sendo vedada a interrupção imotivada do serviço.
- 1.5. Nos termos do Art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, todos os lotes, exceto o lote 7 deste certame, são destinados à participação exclusiva de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), visando à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional.
- 1.6. O Lote 7 será destinado exclusivamente a empresas que comprovem possuir certificação válida de Especialização em Governo emitida pelo fabricante Adobe, requisito indispensável para o fornecimento regular de licenças ao setor público. Em razão dessa exigência técnica e comercial, o referido lote não se submete ao regime de exclusividade para ME e EPP, nos termos do art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, por se tratar de hipótese de inviabilidade de aplicação do tratamento diferenciado.
- 1.7. **Todas as licenças e subscrições deverão ser oficiais, originais e adquiridas diretamente das fabricantes ou de revendas autorizadas, devidamente credenciadas. É vedado o fornecimento de licenças paralelas ou irregulares, cabendo à contratada comprovar, sempre que solicitado, a regularidade do licenciamento.**
- 1.8. A presente licitação será processada mediante a divisão em 18 (dezoito) lotes. Tal modelagem visa otimizar a gestão contratual e, simultaneamente, ampliar a competitividade ao favorecer a participação de ME e EPP, em estrita observância à Lei Complementar nº 123/06.
- 1.9. É importante ressaltar que, em caso de qualquer discrepância entre a descrição dos serviços apresentada no CATSER e a que consta neste Termo de Referência, prevalecerá, em todas as situações, a descrição estabelecida neste documento.
- 1.10. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

- 2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar ao CRN-6 infraestrutura tecnológica adequada ao desempenho de suas atribuições legais e finalísticas, mediante o fornecimento de licenças de softwares, aplicativos e serviços digitais, com suporte e atualizações durante 12 (doze) meses.
- 2.2. Os quantitativos estimados foram definidos com base no levantamento realizado junto às áreas técnicas, considerando o número de usuários internos que demandam acesso às ferramentas, o volume médio de atividades institucionais a serem desempenhadas, como campanhas de comunicação, reuniões, treinamentos, relatórios e atendimento digital, o histórico de utilização de soluções semelhantes já em operação no CRN-6 e a projeção de crescimento moderado das demandas digitais ao longo da vigência contratual.
- 2.3. Dessa forma, os quantitativos estabelecidos — como, por exemplo, 10 licenças para o Google Workspace, 12 para o JivoChat, 300 mil envios via LocaSMS e 5 para o Acrobat Pro — correspondem a um dimensionamento realista e proporcional às necessidades internas do Conselho, evitando tanto a subcontratação, que geraria ineficiência, quanto o excesso, que representaria desperdício de recursos.
- 2.4. Os resultados e benefícios a serem alcançados com a contratação incluem a padronização e modernização da comunicação institucional (Google Workspace, JivoChat e LocaSMS), a agilidade e qualidade na produção de materiais gráficos, vídeos e sites institucionais (Canva, CapCut, Duda, Gamma e Acrobat Pro), o aprimoramento do atendimento digital e da gestão de processos internos com uso de inteligência artificial e automação (ChatGPT, Make, Super Agentes e correlatos), a melhoria no monitoramento de dados e indicadores (Power BI e Supabase) e o fortalecimento da comunicação externa e da transparência por meio de mídias sociais e ensino a distância (MLabs e EAD Plataforma).
- 2.5. A indicação de marcas e modelos constantes do instrumento convocatório decorreu de análise técnica especializada realizada pelas equipes técnicas disponíveis no âmbito do Conselho, levando em consideração as necessidades operacionais identificadas, a compatibilidade com o parque tecnológico atualmente existente, bem como critérios de padronização, usabilidade e ampla adoção no mercado. Tal opção técnica visa assegurar a integração adequada entre sistemas, a eficiência operacional, a continuidade dos serviços e a mitigação de riscos decorrentes de soluções incompatíveis ou de difícil adoção, encontrando amparo na jurisprudência do Tribunal de Contas da União e nas boas práticas de gestão pública.
- 2.6. Registra-se que a presente contratação se dará por meio de Ata de Registro de Preços (ARP) exclusiva do CRN-6, vedada a adesão por órgãos ou entidades não participantes. A adoção da ARP será restrita ao CRN-6, sem possibilidade de adesão por órgãos ou entidades não participantes. A motivação decorre da natureza e da quantidade dos itens que compõem a solução de TIC, os quais, em sua maioria, são formados por apenas uma unidade de licença, dimensionados especificamente para atender às necessidades internas do Conselho.
- 2.7. Portanto, diante do caráter específico do objeto, da limitação quantitativa e da ausência de escala que permita compartilhamento, a restrição da ARP ao CRN-6 é medida necessária, adequada e proporcional, assegurando o atendimento exclusivo das demandas internas, sem comprometer a eficiência e a economicidade da contratação.
- 2.8. **Fundamentos da Contratação**
- 2.9. **Lei nº 14.133/2021:**
- 2.9.1. Art. 11, parágrafo único; Art. 18, §1º, VIII; Art. 40, caput; Art. 43, caput e §1º.
- 2.10. **Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022:**
- 2.10.1. Arts. 8º, 15 e 16 e 23.

2.11. Fundamentos do Parcelamento em Lotes**2.11.1. Lei nº 14.133/2021:**

2.11.2. Art. 47, II c/c art. 40, §1º.

2.12. Jurisprudência do TCU:

2.12.1. Súmula nº 247 – obriga a Administração a justificar a não adoção do parcelamento do objeto, sempre que ele for viável.

2.12.2. Acórdão TCU nº 1.214/2013-Plenário – reforça que o parcelamento deve ser adotado para ampliar a competição, evitando concentração em um único fornecedor.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.1.1. 1. Google Workspace – Business Plus (10 licenças)

3.1.1.1. A solução de TIC consiste na subscrição de dez licenças anuais da suíte corporativa Google Workspace – Business Plus, destinada à comunicação institucional, armazenamento em nuvem, edição colaborativa de documentos e realização de reuniões virtuais. Justifica-se pela necessidade de padronização dos serviços de e-mail institucional, aumento da segurança da informação e integração entre equipes, sendo ferramenta amplamente consolidada no mercado e adotada por órgãos públicos.

3.1.2. 2. LocaSMS (1 licença, 300 mil envios)

3.1.2.1. A solução de TIC consiste na contratação de uma licença do serviço LocaSMS, para envio em massa de até 300 mil mensagens de texto (SMS) durante 12 meses, voltado à comunicação com nutricionistas e sociedade civil. Justifica-se pela necessidade de manter um canal oficial de comunicação em massa, com relatórios de entrega e integração com sistemas internos, atendendo a campanhas institucionais.

3.1.3. 3. JivoChat – Básico (12 licenças)

3.1.3.1. A solução de TIC consiste na contratação de doze licenças anuais do sistema JivoChat Básico, destinado ao atendimento digital multicanal, com integração a site institucional, WhatsApp e redes sociais. Justifica-se pela necessidade de centralizar o atendimento remoto, garantindo eficiência, padronização do fluxo de demandas e melhor experiência ao usuário.

3.1.4. 4. Tactiq – Plano Equipe (2 licenças)

3.1.4.1. A solução de TIC consiste na subscrição de duas licenças anuais do software Tactiq – Plano Equipe, ferramenta de transcrição automática de reuniões realizadas em Google Meet, Zoom e Teams. Justifica-se pela necessidade de registrar atas e relatórios de forma ágil e confiável, otimizando tempo de trabalho e garantindo integridade documental.

3.1.5. 5. Canva – Plano Equipes (1 licença)

3.1.5.1. A solução de TIC consiste na subscrição de uma licença anual do software Canva – Plano Equipes, que permite criação e edição colaborativa de materiais gráficos, relatórios, apresentações e campanhas. Justifica-se pela necessidade de comunicação institucional visualmente padronizada, otimizando fluxos de trabalho e reduzindo custos com terceirização de design.

3.1.6. 6. CapCut (1 licença)

3.1.6.1. A solução de TIC consiste na contratação de uma licença anual do editor de vídeos CapCut, voltado à produção de conteúdos digitais, com funcionalidades de cortes, efeitos, legendagem automática e exportação otimizada para redes sociais. Justifica-se pela necessidade de comunicação moderna e acessível, especialmente em campanhas institucionais.

3.1.7. 7. Duda – Plano Equipe (1 licença)

3.1.7.1. A solução de TIC consiste na subscrição de uma licença anual da plataforma Duda – Plano Equipe, para criação, hospedagem e gerenciamento de sites institucionais. Justifica-se pela necessidade de manter o portal institucional atualizado, com usabilidade, segurança e integração a outros sistemas.

3.1.8. 8. Acrobat Pro – Equipes (5 licenças)

3.1.8.1. A solução de TIC consiste na contratação de cinco licenças anuais do software Acrobat Pro para Equipes, para edição, conversão e assinatura digital de documentos em PDF. Justifica-se pela necessidade de padronizar fluxos documentais, atender normas de gestão eletrônica de documentos e assegurar autenticidade.

3.1.9. 9. Gamma – Plano Pro (1 licença)

3.1.9.1. A solução de TIC consiste na subscrição de uma licença anual do software Gamma – Plano Pro, para criação de apresentações interativas e conteúdos digitais dinâmicos. Justifica-se pela necessidade de comunicação inovadora e interativa, atendendo apresentações oficiais e treinamentos internos.

3.1.10. 10. ChatGPT – Plano Plus (1 licença)

3.1.10.1. A solução de TIC consiste na subscrição de uma licença anual do software ChatGPT – Plano Plus, ferramenta de inteligência artificial para geração de textos, resumos e apoio a análises administrativas. Justifica-se pela otimização de processos internos, apoio em redação institucional e automatização de tarefas repetitivas.

3.1.11. 11. OpenAI – gpt-4o-mini (1 licença)

- 3.1.11.1.

A solução de TIC consiste na contratação de uma licença anual do modelo gpt-4o-mini, voltado à automação de tarefas textuais rápidas, com foco em consultas contextuais de baixo custo. Justifica-se pelo ganho de agilidade em tarefas simples de pesquisa e atendimento digital.
- 3.1.12.

12. Super Agentes – Plano Gerencial (6 licenças)
- 3.1.12.1.

A solução de TIC consiste na contratação de seis licenças anuais da plataforma Super Agentes – Plano Gerencial, destinada à criação e gestão de chatbots inteligentes. Justifica-se pela necessidade de automação do atendimento e redução do tempo de resposta ao usuário.
- 3.1.13.

13. Pixverse – Plano Pro (1 licença)
- 3.1.13.1.

A solução de TIC consiste na subscrição de uma licença anual do software Pixverse – Plano Pro, para criação de imagens e vídeos animados com base em IA. Justifica-se pelo apoio à produção de campanhas visuais criativas e institucionais.
- 3.1.14.

14. D-ID – Plano Pro (1 licença)
- 3.1.14.1.

A solução de TIC consiste na contratação de uma licença anual do software D-ID – Plano Pro, que permite a geração de avatares e vídeos realistas a partir de imagens e textos. Justifica-se pelo uso em treinamentos, campanhas digitais e materiais educativos.
- 3.1.15.

15. MidJourney – Standard (1 licença)
- 3.1.15.1.

A solução de TIC consiste na contratação de uma licença anual do software MidJourney – Standard, para geração de imagens de alta qualidade com inteligência artificial. Justifica-se pela necessidade de produção de conteúdo visual criativo sem custos adicionais de design terceirizado.
- 3.1.16.

16. ElevenLabs – Plano Pro (1 licença)
- 3.1.16.1.

A solução de TIC consiste na subscrição de uma licença anual da ferramenta ElevenLabs – Plano Pro, especializada em síntese e clonagem de voz com múltiplos idiomas. Justifica-se pelo uso em campanhas acessíveis, conteúdos multilíngues e treinamentos institucionais.
- 3.1.17.

17. Make – Plano Pro (1 licença)
- 3.1.17.1.

A solução de TIC consiste na contratação de uma licença anual do software Make – Plano Pro, plataforma de automação e integração de processos entre sistemas e aplicativos. Justifica-se pela necessidade de otimizar fluxos internos e reduzir retrabalho.
- 3.1.18.

18. Power BI Pro (1 licença)
- 3.1.18.1.

A solução de TIC consiste na contratação de uma licença anual da plataforma Power BI Pro, para análise de dados, geração de relatórios interativos e dashboards. Justifica-se pela necessidade de monitorar indicadores institucionais e subsidiar a tomada de decisão estratégica.
- 3.1.19.

19. Supabase – Plano Pro (1 licença)
- 3.1.19.1.

A solução de TIC consiste na subscrição de uma licença anual do software Supabase – Plano Pro, banco de dados em nuvem e plataforma de backend. Justifica-se pela necessidade de desenvolvimento de aplicações internas e modernização da infraestrutura tecnológica.
- 3.1.20.

20. AnyDesk – Plano Standard (1 licença)
- 3.1.20.1.

A solução de TIC consiste na contratação de uma licença anual do software AnyDesk – Plano Standard, para acesso remoto seguro, suporte técnico e colaboração à distância. Justifica-se pelo suporte a atividades remotas e resolução de incidentes técnicos.
- 3.1.21.

21. Mlabs – Plano Completo (1 licença)
- 3.1.21.1.

A solução de TIC consiste na subscrição de uma licença anual da plataforma Mlabs – Plano Completo, para gestão de redes sociais, agendamento de posts e análise de desempenho digital. Justifica-se pelo fortalecimento da comunicação institucional, ampliando o alcance e engajamento social.
- 3.1.22.

22. EAD Plataforma – Essentials (1 licença)
- 3.1.22.1.

A solução de TIC consiste na contratação de uma licença anual da solução EAD Plataforma – Essentials, ambiente virtual de aprendizagem para hospedagem e acompanhamento de cursos online. Justifica-se pela necessidade de realizar capacitações internas e treinamentos a distância.
- 3.1.23.

23. Licença de software Empresas Aqui - Plano Plus (1 licença)
- 3.1.23.1.

A solução de TIC consiste na contratação de uma licença anual da plataforma Empresas Aqui - Plano Plus, que oferece uma base de dados robustas e filtros detalhados que permitem identificar e segmentar empresas.
- 3.1.24.

24. Licença de software Plataforma de Curso - Alura Curso Plano Pro (1 licença)
- 3.1.24.1.

A solução de TIC consiste na contratação de uma licença anual da plataforma de curso Alura Curso Plano Pro, a qual fornece capacitação continuada dos colaboradores, voltados à área de tecnologia e inovação.
- 3.2.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (DFD-PCA nº 32/2024, SEI nº 2138262), conforme consta das informações básicas deste termo de referência.
4.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.

Requisitos de Negócio:

- 4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:
- 4.1.1. garantir a disponibilidade de softwares e serviços digitais necessários à execução das atividades administrativas, finalísticas e de comunicação do CRN-6;
- 4.1.2. promover a modernização dos processos institucionais, por meio da automação, integração e uso de inteligência artificial;
- 4.1.3. assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços de comunicação, produção de conteúdo, análise de dados e atendimento digital.

Requisitos de Capacitação:

- 4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto, considerando que os softwares possuem documentação, suporte remoto e interfaces intuitivas.
- 4.2.1. Caso a Contratante identifique necessidade futura de treinamento, este será provido internamente pela própria equipe, com base no suporte técnico disponibilizado pelas plataformas contratadas.

Requisitos Legais:

- 4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, à Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2001, ao Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e às demais legislações aplicáveis.
- 4.3.1. A Contratada deverá observar integralmente as disposições legais referentes à segurança da informação, governança digital e acessibilidade.

Requisitos de Manutenção:

- 4.4. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções corretivas, preventivas, adaptativas e evolutivas pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades.
- 4.4.1. A manutenção deve ser disponibilizada de forma remota, sem interrupção dos serviços, sendo obrigatória a prestação de suporte técnico em caso de incidentes críticos.

Requisitos Temporais:

- 4.5. Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, ou a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.
- 4.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 4.7. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos, contados a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia.
- 4.8. Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

Atividade, Tarefa ou Serviço	Prazo máximo de início de atendimento	Prazo máximo de solução de problema
Incidente crítico (indisponibilidade total do serviço)	1 hora	24 horas
Incidente médio (falha parcial ou funcionalidade comprometida)	2 horas	48 horas
Solicitações de suporte de baixa prioridade	12 horas	75 horas

Requisitos de Segurança e Privacidade:

- 4.9. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do CRN-6, observando a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.
- 4.10. As plataformas contratadas devem estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), devendo garantir criptografia, autenticação em múltiplos fatores (quando aplicável), rastreabilidade de acessos e relatórios de auditoria.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais:

- 4.11. Os serviços devem estar aderentes às diretrizes sociais, ambientais e culturais estabelecidas pela legislação em vigor, observando o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.
- 4.11.1. Deverá ser priorizada a contratação de soluções em nuvem, sempre que possível, que reduzem a necessidade de recursos físicos e contribuem para a sustentabilidade ambiental.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica:

- 4.12. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica do CRN-6, privilegiando soluções interoperáveis, em nuvem e baseadas em padrões abertos.
- 4.13. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.
- 4.14. As soluções devem ser compatíveis com os navegadores e sistemas operacionais utilizados pelo CRN-6, assegurando atualização contínua sem ônus adicional.

Requisitos de Projeto e de Implementação:

- 4.15. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:
- 4.15.1. A implantação deverá ocorrer de forma gradual e validada pela equipe técnica da Contratante, assegurando a integridade das informações e a continuidade operacional.

Requisitos de Implantação:

- 4.16. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:
- 4.16.1. A ativação das licenças deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após a assinatura do contrato, sendo de responsabilidade da Contratada a configuração inicial e a disponibilização de acessos.

Requisitos de Garantia e Manutenção:

- 4.17. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

Requisitos de Experiência Profissional:

- 4.18. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

Requisitos de Formação da Equipe:

- 4.19. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho:

- 4.20. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.
- 4.21. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.
- 4.22. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento **24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica** (e-mail, portal ou sistema próprio) e **8 horas por dia e 5 dias por semana** por via telefônica, em horário comercial.
- 4.23. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.
- 4.23.1. O Contratado deverá manter registros detalhados das atividades executadas, incidentes ocorridos e soluções aplicadas, apresentando relatórios periódicos à Contratante.
- 4.23.2. O acompanhamento deverá ocorrer em regime de cooperação com a equipe técnica da Contratante, mediante comunicação transparente, registro em sistema oficial ou canal previamente acordado e realização de reuniões de alinhamento sempre que solicitado, de forma a garantir a plena rastreabilidade das atividades executadas e a conformidade com os níveis de serviço pactuados.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade:

- 4.24. O contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:
- 4.24.1. **Confidencialidade:** O Contratado deve garantir que todas as informações, dados e documentos a que tiver acesso em razão do contrato sejam tratados como confidenciais, não podendo divulgá-los a terceiros sem autorização expressa da Contratante.
- 4.24.2. **Integridade:** É responsabilidade do Contratado assegurar que os dados e sistemas utilizados não sejam alterados de forma não autorizada, mantendo a consistência e a exatidão das informações durante todo o ciclo de vida do contrato.
- 4.24.3. **Disponibilidade:** O Contratado deve adotar medidas para garantir a disponibilidade dos sistemas e informações, prevenindo interrupções não planejadas e mitigando riscos de indisponibilidade.
- 4.24.4. **Controle de acesso:** O Contratado deverá implementar mecanismos de controle de acesso, garantindo que apenas pessoas autorizadas tenham acesso às informações e funcionalidades do sistema, com autenticação segura e registro de atividades.
- 4.24.5. **Proteção de dados pessoais:** O Contratado deverá observar integralmente a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais, incluindo a LGPD, adotando medidas técnicas e administrativas adequadas para proteger dados pessoais contra acesso não autorizado, perda, alteração ou divulgação indevida.
- 4.24.6. **Registro e auditoria:** O Contratado deverá manter registros de acesso e atividades realizadas nos sistemas, de forma que seja possível auditoria, investigação e monitoramento da conformidade com os requisitos de segurança e privacidade.
- 4.24.7. **Comunicação de incidentes:** O Contratado deverá notificar imediatamente a Contratante sobre qualquer incidente de segurança da informação ou violação de dados que possa impactar a confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações ou sistemas.
- 4.24.8. **Treinamento e conscientização:** O Contratado deverá garantir que sua equipe envolvida na execução do contrato esteja devidamente treinada e ciente das políticas e procedimentos de segurança da informação e privacidade aplicáveis.

Vistoria:

- 4.25. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.26. Na presente contratação, a aquisição de licenças de softwares e plataformas específicas deverá observar estritamente as marcas indicadas no item 1.1, em conformidade com os Estudos Técnicos Preliminares. A indicação de marca atende à necessidade concreta de padronização dos serviços, considerando que determinadas soluções tecnológicas, como exemplificado pelo “ChatGPT”, possuem características únicas de funcionalidade e robustez, não sendo plenamente substituíveis por produtos similares.

4.27. Essa orientação está em consonância com a Súmula nº 270 do Tribunal de Contas da União, segundo a qual é admissível a indicação de marca em licitações de softwares quando estritamente necessária para atender exigências de padronização, com prévia justificação formal. O procedimento visa assegurar eficiência, segurança e compatibilidade técnica na prestação dos serviços contratados.

Subcontratação:

4.28. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual. Para fins de adequada execução, admite-se que a empresa contratada seja revendedora, distribuidora ou representante comercial autorizada das soluções, licenças ou serviços objeto da contratação, hipótese que não se caracteriza como subcontratação, por se tratar de fornecimento inerente ao próprio modelo de negócio do objeto contratado.

4.29. Fica expressamente vedada, contudo, a transferência da execução contratual, total ou parcial, a terceiros estranhos à relação jurídica firmada com o CRN-6, bem como a cessão, a qualquer título, das obrigações assumidas, sem prévia e expressa autorização da Administração, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Garantia da Contratação:

4.30. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Informações relevantes para o dimensionamento e/ou apresentação da proposta:

4.31. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.31.1. **Licenças de Softwares e Plataformas**, a contratação abrange a aquisição de licenças de softwares e plataformas específicas, conforme indicado no item 1.1, observando a necessidade de padronização e compatibilidade técnica com os sistemas já utilizados pelo CRN-6.

4.31.2. **Funcionalidades exigidas**, as ferramentas devem possibilitar funcionalidades específicas detalhadas nos Estudos Técnicos Preliminares, incluindo recursos de automação, inteligência artificial, gerenciamento de dados e produção de conteúdo digital, garantindo eficiência operacional e segurança das informações.

4.31.3. **Escalabilidade e suporte técnico**, as licenças devem permitir expansão conforme a demanda do órgão, com suporte técnico adequado, atualizações regulares e compatibilidade com outros sistemas institucionais.

4.31.4. **Exclusividade e padronização**, considerando a especificidade do nicho tecnológico, os softwares contratados devem atender aos padrões de referência de mercado, garantindo que não haja substituição por soluções incompatíveis que comprometam a funcionalidade, segurança ou continuidade dos serviços.

4.31.5. **Compliance e legalidade**, todos os softwares e plataformas devem observar a legislação vigente, incluindo direitos autorais, licenciamento de uso, proteção de dados e normas internas de segurança da informação do CRN-6.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.

Condições de Execução:

5.1. A execução dos serviços somente poderá ocorrer após a emissão, pelo CRN-6, de Ordem de Serviço (OS) formal ou instrumento equivalente, que funcionará como documento autorizador da realização das atividades contratadas.

5.2. Após a emissão da Ordem de Serviço, a Contratante e a Contratada deverão, de comum acordo, agendar previamente a data e o horário para a execução dos serviços, de forma a não prejudicar o funcionamento das atividades administrativas do CRN-6.

5.3. A Contratada deverá cumprir rigorosamente o horário agendado, garantindo que a equipe responsável esteja disponível no local ou nos canais designados, com todos os recursos técnicos necessários à execução adequada dos serviços, inclusive meios de contato eletrônico e telefônico para registro de ocorrências.

5.3.1. O atendimento eletrônico deverá ser disponibilizado 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, e o atendimento telefônico deverá estar disponível 8 (oito) horas por dia, 5 (cinco) dias por semana, em horário comercial.

5.4. A Contratada deverá fornecer suporte técnico remoto sempre que necessário, abrangendo atividades de instalação, configuração, manutenção, atualização, correção de falhas e substituição de licenças, quando aplicável, sem ônus adicional à Contratante.

5.5. A cada serviço executado deverá ser emitido relatório técnico detalhado, assinado pelo responsável da Contratada, contendo a descrição das atividades realizadas, incidentes eventualmente ocorridos, soluções aplicadas e recomendações. Esse relatório deverá ser validado pela fiscalização do CRN-6, que acompanhará a execução contratual e dará ciência de eventuais acontecimentos relevantes.

Local e Horário da prestação dos serviços:

5.6. Como não há local físico para execução, os serviços consistem na ativação remota das licenças de uso e no fornecimento dos acessos às plataformas digitais, conforme os quantitativos previstos neste Termo de Referência.

5.6.1. Em caso de dúvida quanto à execução do serviço, a Contratada poderá buscar informações complementares nos seguintes contatos (e-mail): licitacoes2@crn6.org.br e compras@crn6.org.br.

5.7. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acessos, licenças ou serviços desatualizados, que apresentem falhas que comprometam a sua qualidade, integridade, disponibilidade ou o correto funcionamento das soluções tecnológicas contratadas, sendo obrigação da Contratada realizar as correções necessárias às suas expensas.

Garantia, manutenção e assistência técnica:

5.8. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Reunião Inicial:

6.5. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, poderá ser realizada Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

6.6. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 30 (trinta) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

Fiscalização:

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo Chefe do Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Fiscalização Técnica:

6.8. O fiscal técnico da contratação acompanhará a execução do objeto da contratação, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8.1. O fiscal técnico da contratação anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico da contratação emitirá notificações para a correção da execução do objeto contrato, determinando prazo para a correção.

6.8.3. O fiscal técnico da contratação informará ao gestor da contratação, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da contratação nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.8.5. O fiscal técnico da contratação comunicará ao gestor do da contratação, em tempo hábil, o término da avença sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa:

6.9. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.9.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato:

6.10. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246,

de 2022, art. 21, VIII).

- 6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO.

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017.

cumprir	tempo de atraso na disponibilização de licenças e na prestação dos serviços decorrentes das Ordens de Serviço emitidas pelo CRN-6. superior a 90% .
de medição	Deve ser aferido por meio de ferramentas de monitoramento, relatórios de disponibilização de licenças e registros de atendimento às Ordens de Serviço, bem como outros procedimentos de inspeção definidos pela fiscalização.
acompanhamento	pelos fiscais do contrato avaliando a quantidade de demandas atendidas dentro do prazo em relação à quantidade total registrada no período de referência.
de Cálculo (métrica)	(ΣQ_{tap} / ΣQ_{tr}) Onde: IAP = Indicador de atendimento aos prazos do serviço; ΣQ_{tap} = Somatório do quantitativo atendido no prazo máximo estabelecido no TR, com previsão de encerramento no período de referência; ΣQ_{tr} = Somatório do quantitativo total registrado com previsão de encerramento no período de referência. utilizados dias corridos na medição. Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.
Vigência	emissão da primeira Ordem de Serviço (OS).
ajuste no pagamento e Sanções	: sem descontos sobre o valor da fatura mensal. - IAP ≥ 80% e < 90% : 10% de desconto sobre o valor da fatura mensal. - IAP ≥ 70% e < 80% : 20% de desconto sobre o valor da fatura mensal. - IAP < 70% : 30% de desconto sobre o valor da fatura mensal.

- 7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 7.2.1. não produzir os resultados acordados,
- 7.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

- 7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Recebimento:

- 7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.4.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)
- 7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

- 7.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 7.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.16. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.17. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
- 7.18. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.19. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.20. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.21. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.22. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.23. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimentos de Teste e Inspeção:

- 7.24. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:
- 7.24.1. **(a)** verificação documental: conferência das Ordens de Serviço emitidas, da nota fiscal correspondente e do relatório técnico apresentado pela Contratada, que deverá detalhar a quantidade de licenças fornecidas, a data de ativação e a vigência contratual.
- 7.24.2. **(b)** teste de funcionalidade: validação pela equipe técnica do CRN-6 de que os acessos foram efetivamente disponibilizados, que as contas estão ativas e que as funcionalidades contratadas estão operando conforme especificado no Termo de Referência.
- 7.24.3. **(c)** conferência de acessibilidade: comprovação de que os acessos foram atribuídos aos usuários designados pelo CRN-6, sem restrições indevidas ou falhas de ativação.
- 7.24.4. **(d)** conferência de suporte: teste de abertura de chamado ou solicitação de suporte junto à Contratada, com registro da resposta dentro do prazo estabelecido.
- 7.24.5. **(e)** testes de conformidade técnica e de segurança: análise básica de aderência às políticas de segurança da informação do CRN-6, incluindo autenticação, integridade dos dados e atualização das versões.
- 7.24.6. **(f)** relatório de conformidade: elaboração, pelo fiscal do contrato, de relatório conclusivo indicando a conformidade ou não dos serviços prestados com as especificações contratuais, servindo de base para a emissão do Termo de Recebimento Provisório.
- 7.24.7. **(g)** validação definitiva: após o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, será reavaliado o desempenho das licenças e serviços fornecidos; constatada a conformidade integral, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo.
- 7.25. Caso sejam identificadas falhas durante os procedimentos de teste e inspeção, a Contratada será notificada e deverá proceder à correção ou substituição no prazo máximo de 1 (um) dia corrido, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Liquidação:

- 7.26. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.27. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021 7.12.
- 7.28. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.29. o prazo de validade;

- 7.30. a data da emissão;
- 7.31. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.32. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.33. o valor a pagar; e
- 7.34. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.35. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.
- 7.36. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.37. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.38. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.39. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.40. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.41. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento:

- 7.42. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 7.43. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor - IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento:

- 7.44. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.45. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.46. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.47. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.48. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito:

- 7.49. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditício com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
- 7.50. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.
- 7.51. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo ou instrumento equivalente.
- 7.52. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 7.53. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)
- 7.54. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO.

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução:

8.2. O regime de execução do contrato será por EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

Da Aplicação da Margem de Preferência:

8.3. Será aplicada margem de preferência nos lotes 2, 3, 4 e 5 deste certame são destinados à participação exclusiva de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

Reajuste:

8.4. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 19 de maio de 2026 ou contado da assinatura do contrato.

8.5. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice ICTI/IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.7. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.8. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.9. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.11. O reajuste será realizado por apostilamento.

Exigências de habilitação:

8.12. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.13. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.14. a) SICAF;

8.15. b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mando pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.16. c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mando pela Controladoria-Geral da União ([hps://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep](https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep))

8.17. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.18. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.19. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.20. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negava de contratação.

8.21. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.22. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.23. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.24. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.25. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.26. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica:

- 8.27. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.28. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.29. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [hps://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor](https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor); 8
- 8.30. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.31. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020. 8.18. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.32. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- 8.33. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.34. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ava da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.35. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.36. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 8.37. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.38. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.39. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; e
- 8.40. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.41. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira:

- 8.42. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.43. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.44. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 8.45. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.46. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.47. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 8.48. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.49. A microempresa ou empresa de pequeno porte que participar desta licitação está dispensada de apresentar o balanço patrimonial do último exercício social, conforme o artigo 3º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015. Qualificação Técnica: 8.34. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;
- 8.50. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.51. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso. 8.36.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- 8.52. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 8.53. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.54. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Qualificação Técnica:

- 8.55. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições necessárias para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 8.55.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.56. Registro ou inscrição da empresa em entidade profissional de classe, quando houver exigência legal específica para o desempenho de atividades correlatas, em plena validade.
- 8.57. Comprovação de aptidão para execução de serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 8.58. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 8.58.1. **Fornecimento ou gestão de licenças de softwares e serviços digitais em ambiente corporativo, com suporte técnico remoto e garantia de atualização;**
- 8.58.2. **Atendimento a clientes institucionais com, no mínimo, 20 (vinte) usuários ativos ou quantitativo equivalente de licenças;**
- 8.58.3. **Prazo de execução contratual igual ou superior a 12 (doze) meses; e**
- 8.58.4. **Todas as licenças e subscrições deverão ser oficiais, originais e adquiridas diretamente das fabricantes ou de revendas autorizadas, devidamente credenciadas. É vedado o fornecimento de licenças paralelas ou irregulares, cabendo à contratada comprovar, sempre que solicitado, a regularidade do licenciamento.**
- 8.58.5. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 8.59. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.60. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.61. Prova de atendimento aos requisitos de segurança da informação e privacidade, previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

- 9.1. A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto deste Termo de Referência observando todas as condições técnicas, legais, de segurança da informação e de proteção de dados pessoais, devendo, para tanto:
- 9.1.1. Disponibilizar, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da emissão da Ordem de Serviço, o acesso às licenças de softwares e serviços digitais contratados, em plena conformidade com os quantitativos e especificações estabelecidos neste Termo de Referência.
- 9.1.2. Garantir a plena operacionalidade das soluções fornecidas, assegurando suporte técnico remoto para instalação, configuração, manutenção corretiva, preventiva, adaptativa e evolutiva, atualização de versões e eventuais substituições de licenças, sem ônus adicional para a Contratante.
- 9.1.3. Disponibilizar canais de atendimento eletrônico com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, e atendimento telefônico com funcionamento 8 (oito) horas por dia, 5 (cinco) dias por semana, em horário comercial.
- 9.1.4. Emitir relatórios técnicos sempre que solicitado pela fiscalização, contendo a descrição das atividades executadas, incidentes ocorridos, soluções aplicadas, status das licenças e eventuais recomendações.
- 9.1.5. Observar rigorosamente as normas de segurança da informação e privacidade de dados, especialmente a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e a Política de Segurança da Informação do CRN-6, garantindo confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações acessadas em decorrência do contrato.
- 9.1.6. Comunicar imediatamente à Contratante qualquer irregularidade, falha de acesso, indisponibilidade ou necessidade de intervenção corretiva que ultrapasse o escopo do suporte ordinário.
- 9.1.7. Cumprir rigorosamente os prazos de resolução de incidentes estabelecidos no TR, respeitando os níveis de serviço pactuados, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.
- 9.1.8. Responder por quaisquer danos, falhas ou prejuízos decorrentes da execução do contrato, inclusive em caso de indisponibilidade indevida dos serviços, devendo efetuar as correções necessárias às suas expensas.
- 9.1.9. Repetir, sem ônus adicional para a Contratante e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da notificação, a execução de serviços ou o fornecimento de licenças que apresentem falhas, inconformidades ou incompatibilidades com as especificações técnicas estabelecidas.
- 9.1.10. Manter, durante toda a execução do objeto, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em razão da execução contratual.
- 9.1.11. Apresentar Nota Fiscal/Fatura de acordo com as condições de pagamento estabelecidas neste Termo de Referência.
- 9.1.12. Nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021, aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na execução do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

- 10.**OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.**
- 10.1.

Receber os serviços e licenças disponibilizados pela Contratada, observando os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.
- 10.2.

Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ou licenças entregues em desacordo com as especificações, determinando à Contratada que providencie as correções ou substituições necessárias às suas expensas.
- 10.3.

Comunicar formalmente à Contratada quaisquer irregularidades detectadas na execução do contrato.
- 10.4.

Fornecer à Contratada, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais.
- 10.5.

Fiscalizar e acompanhar a execução contratual por meio de servidor designado, que atestará as Notas Fiscais/Faturas para fins de pagamento.
- 10.6.

Efetuar o pagamento devido pela execução do objeto no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as exigências contratuais e legais, verificando previamente a manutenção das condições de habilitação da Contratada por meio de consulta ao SICAF.
- 10.7.

Aplicar as penalidades previstas em lei e neste Termo de Referência, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 10.8.

Determinar unilateralmente acréscimos ou supressões no objeto contratual, nos limites previstos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.**SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES).**
- 11.1.

As infrações e sanções das quais estarão submetidas a Contratada são aquelas previstas nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 11.2.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e subsidiariamente na Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999.
- 11.3.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no presente instrumento ou no contrato administrativo.
- Multa por descumprimento de prazos, obrigações e rescisão:**
- 11.4.

A aplicação de qualquer penalidade dar-se-á em processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, e será registrada no SICAF.
- 11.5.

As infrações e sanções às quais estará sujeita a Contratada são aquelas previstas nos arts. 155 a 162 da Lei nº 14.133/2021, especialmente:
- 11.5.1.

Multa por indisponibilidade do serviço ou atraso: 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de indisponibilidade ou atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor total do contrato.
- 11.5.2.

Multa por recusa do objeto ou descumprimento grave: 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
- 11.5.3.

Descumprimento de obrigações acessórias: multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de descumprimento, limitada a 10% (dez por cento) do valor total do contrato.
- 12.**ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.**
- 12.1.

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 148.701,35 (cento e quarenta e oito mil, setecentos e um reais e trinta e cinco centavos)**, conforme custos unitários apostos na Tabela de Valores Estimados (SEI nº 2124900) e Relatório de Pesquisas de Preços (SEI nº 2127111 e 2176414).
- 13.**ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**
- 13.1.

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do orçamento do CRN-6.

Responsáveis	
Elaboração deste	Termo de Referência: a elaboração deste documento ficou sob a responsabilidade de Emerson Eloy, advogado, chefe do Setor de Licitações e Contratos do CRN-6, e integrante da Comissão de Contratação.
Elaboração da	Solução: Os parâmetros definidos para a solução foram elaborados e descritos neste Termo de Referência pela Chefe do Setor de Licitações e Contratos, Emerson Eloy, com o apoio técnico do Supervisor Administrativo, Gabriel Albuquerque, e do Chefe do Setor TIC, Nairton Severiano.
Declaração de	Disponibilidade Orçamentária: a declaração referente à previsão de recursos e saldos orçamentários destinados a assegurar o empenho das despesas relacionadas ao objeto descrito neste Termo de Referência ficou sob a responsabilidade do assessor contábil do CRN6, Márcio Maciel, inscrito no Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco (CRCPE) sob o nº 015316/O.
Aprovação da	Despesa: conforme disposto no Regimento Interno, aprovado pela Resolução CFN nº 785, de 9 de setembro de 2024, nos termos do art. 19, incisos IV e V, e do art. 22, inciso II, a competência para a autorização de despesas e a

movimentação de recursos financeiros é atribuída ao Presidente, Rafael Azeredo, e ao Tesoureiro, Samuel Paulino. Ambos eleitos nos termos registrados na Ata da Eleição da 48ª (quadragésima oitava) Diretoria Colegiada do CRN-6, realizada na sede deste Conselho em 25 de fevereiro de 2025, e publicada no Portal da Transparência em 27 de fevereiro de 2025.

Integrantes Técnicos	
Emerson Eloy Matrícula nº 114 Chefe do Setor de Licitações e Contratos	Gabriel Albuquerque Matrícula nº 134 Supervisor Administrativo

Integrante Requisitante
Nairton Severiano da Silva Matrícula nº 21 Chefe do Setor de TIC

Assessor Contábil
Márcio Maciel CRCPE nº 015316/O

Aprovação da Despesa	
Rafael Azeredo CRN6 nº 5252 Presidente	Samuel Paulino CRN6 nº 6982 Tesoureiro



Documento assinado eletronicamente por **Emerson Alexandre Eloy da Silva, Assessor de Licitações e Contratos**, em 29/01/2026, às 12:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §2º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **SAMUEL PAULINO RODRIGUES MACIEL, Tesoureiro**, em 29/01/2026, às 12:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §2º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL ALBUQUERQUE CALAZAR DOS SANTOS, Supervisor Administrativo III**, em 29/01/2026, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §2º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL ROCHA DE AZEREDO, Presidente**, em 30/01/2026, às 18:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §2º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **NAIRTON SEVERIANO DA SILVA, Chefe de Setor**, em 02/02/2026, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §2º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfn.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2298242** e o código CRC **EB06CA2E**.



CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO 6ª REGIÃO
Rua Senador José Henrique, 231, Recife/PE, CEP 50070-460
Telefone: (81) 4042-2494 - <http://crn6.org.br/> - E-mail: crn6@crn6.org.br

MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 060634.000014/2025-65
Ata de Registro de Preços n.º XX/2025

O **CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO DA 6ª REGIÃO (CRN-6)**, Autarquia Federal de fiscalização profissional, com sede na Rua Senador José Henrique, nº 231, sala nº 2105, Ilha do Leite, Recife/PE, CEP 50.070-460, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 11.674.272/0001-93, neste ato representado pelo seu Presidente, **Rafael Rocha de Azeredo**, brasileiro, portador da Matrícula Funcional nº 5252, da Carteira de Identidade nº 090944695, emitida pela SSP/RJ, e do CPF/MF nº 070.219.797-11, domiciliado na Rua Julio Plech Filho, nº 307, casa nº 102, Ponta da Terra, CEP nº 57030-540, Maceió/AL e por seu Tesoureiro, **Samuel Paulino Rodrigues Maciel**, portador da Matrícula Funcional nº 6982, da Carteira de Identidade nº 2569542, emitida pela SSP/PB, e do CPF/MF nº 010.730.024-97, domiciliado na Rua Antônio Lustrosa Cabral, nº 15, apto nº 102, Cabo Branco, CEP nº 58045-020, João Pessoa/PB, eleitos conforme consignado na Ata da Eleição da 48ª (quadragésima oitava) da Diretoria Colegiada do CRN-6, realizada na sede deste Conselho em 25 de fevereiro de 2025, publicada no Portal da Transparência em 27 de fevereiro de 2025, considerando o julgamento da **licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica**, para REGISTRO DE PREÇOS nº/2025, publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 060634.000014/2025-65, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **[Edital de licitação]**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO.

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de fornecimento de subscrição de licenças de softwares, aplicativos e sistemas operacionais, incluindo suporte técnico e garantia de atualização de versões, pelo período de 12 (doze) meses, especificados nos itens 1.1 do Termo de Referência, anexo **XX** do edital de licitação n.º xxxx/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTES (S).

3.1. O órgão gerenciador será o Conselho Regional de Nutrição da 6ª Região.

3.1.1. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA.

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item Erro: Origem da referência não encontrada, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do [edital] OU [aviso de contratação direta], poderá:
- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.12.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS.

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS.

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. DA INEXISTÊNCIA DE REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. Considerando que o CRN-6 atuará como **único órgão participante e único contratante** da presente Ata de Registro de Preços, **não será admitido o remanejamento de quantitativos**, seja entre órgãos participantes, seja para órgãos ou entidades não participantes.

8.2. Em razão da inexistência de outros participantes no certame e da vedação expressa à adesão por terceiros (“carona”), os quantitativos registrados destinam-se **exclusivamente ao atendimento das necessidades do CRN-6**, nos exatos termos definidos no instrumento convocatório e nesta Ata.

8.3. Dessa forma, **não se aplicam** à presente Ata as disposições relativas a redistribuição, ampliação, remanejamento ou compartilhamento de quantitativos, mantendo-se os limites originalmente registrados como máximos e vinculados apenas às demandas deste Conselho, em observância aos princípios da legalidade, do planejamento, da eficiência administrativa e da segurança jurídica.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS.

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES.

- 10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
- 10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.1.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
- 10.1.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS.

- 11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
- 11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi assinada digitalmente pelas partes, nos termos da legislação vigente, e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes, se houver.

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal (is) do(s) fornecedor (es) registrado (s)

RAFAEL ROCHA DE AZEREDO
Presidente

SAMUEL PAULINO RODRIGUES MACIEL
Tesoureiro

ANEXO

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade



Documento assinado eletronicamente por **Emerson Alexandre Eloy da Silva, Assessor de Licitações e Contratos**, em 06/01/2026, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §2º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfn.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2267152** e o código CRC **83D2D7F9**.



CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO 6ª REGIÃO
Rua Senador José Henrique, 231, Recife/PE, CEP 50070-460
Telefone: (81) 4042-2494 - <http://crn6.org.br/> - E-mail: crn6@crn6.org.br

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL
(EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2026
PROCESSO SEI - nº 060634.000014/2025-65

PROPOSTA DE PREÇOS

NOME DA EMPRESA:

CNPJ/MF:

INSC. ESTADUAL:

INSC. MUNICIPAL:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

OBJETO: A presente proposta tem por objeto a contratação de software, incluindo licenciamento de uso, implantação (quando aplicável), suporte técnico, atualizações, manutenção corretiva e evolutiva, e demais serviços associados, conforme especificações, requisitos técnicos, funcionais e operacionais definidos no Termo de Referência da licitação. O software ofertado atenderá integralmente às necessidades institucionais do CRN-6, observando as exigências de segurança da informação, disponibilidade, desempenho, compatibilidade e conformidade legal.

DECLARAÇÃO: Nos termos do art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e do Aviso de Dispensa, declaramos, para os devidos fins, que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos necessários ao atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta. Declaramos, ainda, que temos plena ciência do Termo de Referência e dos demais documentos que compõem o processo, aceitando integralmente todas as regras, condições e exigências neles estabelecidas, assumindo as obrigações deles decorrentes. Ressaltamos que cumprimos integralmente a Lei nº 14.133/2021, a LGPD (Lei nº 13.709/2018) e demais normas aplicáveis. Informamos, por fim, que o preço proposto contempla todos os custos diretos e indiretos envolvidos na execução do objeto, incluindo materiais, encargos, fretes, transporte, tributos, despesas operacionais e quaisquer outros necessários ao fiel cumprimento do contrato.

INDICAR O NÚMERO DO LOTE	DESCRIÇÃO	CATSER	QUANTIDADE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO (R\$)	VALOR MÉDIO TOTAL (R\$)
	Licenciamento de softwares ou plataformas [indicar o nome], incluindo suporte, manutenção e atualizações, conforme Termo de Referência.	XXXXX	XXXXX	R\$ VALOR (valor por extenso)	R\$ VALOR (valor por extenso)
VALOR MÉDIO TOTAL:					R\$ VALOR (valor por extenso)
<i>Os preços ora apresentados contemplam todos os custos necessários à execução do objeto descrito no Termo de Referência anexo ao Pregão Eletrônico nº XX/2026, incluindo, mas não se limitando a, impostos, taxas, fretes, seguros, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, bem como quaisquer outras despesas, diretas ou indiretas, que incidam ou venham a incidir sobre a contratação.</i>					

Observações:

Prazo de validade da proposta: não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias

Responsável: (nome, função na empresa e telefone)

Local, data e assinatura do responsável:

INTEGRANTE TÉCNICO

A elaboração desta minuta de proposta comercial coube a Emerson Eloy, advogado e chefe do Setor de Licitações e Contratos do CRN-6 e integrante da Comissão de Contratação.

Emerson Eloy
Chefe do Setor de Licitações e Contratos
Matrícula nº 114



Documento assinado eletronicamente por **Emerson Alexandre Eloy da Silva**, Assessor de Licitações e Contratos, em 06/01/2026, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §2º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfn.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2267182** e o código CRC **EACEB473**.



CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO 6ª REGIÃO
Sede: Rua Senador José Henrique, 231, Recife/PE, CEP 50070-460
Telefone: (81) 4042-2494 - <http://crn6.org.br/> - E-mail: crn6@crn6.org.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº XXXX/2026

Processo nº 060634.000014/2025-65

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE CELEBRAM ENTRE SI O CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO 6ª REGIÃO E A **[DIGITE AQUI O NOME DA EMPRESA]**.

O CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO 6ª REGIÃO – CRN6, com sede na Rua Senador José Henrique, nº 231, sala nº 2105, Ilha do Leite, Recife/PE, CEP 50.070-460, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 11.674.272/0001-93, neste ato representado pelo seu Presidente, **Rafael Rocha de Azeredo**, brasileiro, portador da Matrícula Funcional nº 5252, da Carteira de Identidade nº 090944695, emitida pela SSP/RJ, e do CPF/MF nº 070.219.797-11, domiciliado na Rua Julio Plech Filho, nº 307, casa nº 102, Ponta da Terra, CEP nº 57030-540, Maceió/AL e por seu Tesoureiro, **Samuel Paulino Rodrigues Maciel**, portador da Matrícula Funcional nº 6982, da Carteira de Identidade nº 2569542, emitida pela SSP/PB, e do CPF/MF nº 010.730.024-97, domiciliado na Rua Antônio Lustrosa Cabral, nº 15, apto nº 102, Cabo Branco, CEP nº 58045-020, João Pessoa/PB, eleitos conforme consignado na Ata da Eleição da 48ª (quadragésima oitava) da Diretoria Colegiada do CRN-6, realizada na sede deste Conselho em 25 de fevereiro de 2025, publicada no Portal da Transparência em 27 de fevereiro de 2025, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **[DIGITE AQUI O NOME DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº [digite aqui o CNPJ], estabelecida à [digite aqui o endereço completo da empresa], doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor(a) [digite aqui o nome], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da Carteira de Identidade nº [digite aqui o número com a Unidade da Federação] e do CPF nº [digite aqui o número], resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, legislação correlata e pelo Edital e anexos do Pregão Eletrônico nº [digite aqui o número e ano do Pregão Eletrônico] (Processo nº 060634.000014/2025-65), sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de **[objeto]**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.3.1. O Termo de Referência;
 - 1.3.2. O Edital da Licitação;
 - 1.3.3. A Proposta do contratado;
 - 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do instrumento contratual, prorrogável para até 15 anos (máximo de 15 anos, incluindo prorrogações), na forma do art. 114 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 2.1.1. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação e nos demais aspectos que forem julgados relevantes, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- 2.1.1.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.1.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.1.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.1.1.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.1.2. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.3. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme estabelecido no Termo de Referência.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

- 5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx).
- 5.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

- 7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência; 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
- 8.1.7.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

- 8.1.7.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
- 8.1.7.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- 8.1.7.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.1.7.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 8.1.7.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis;
- 8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – ORBIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
 - 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica nos locais sob a jurisdição do CRN-6.
- 9.36. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o CONTRATADO tiver unidade de prestação de serviços do local demandado.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.10.2. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 13.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 13.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos do CRN-6 deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/Unidade: [...];

II) Fonte de Recursos: [...];

III) Programa de Trabalho: [...];

V) Elemento de Despesa: [...];

V) Plano Interno: [...];

VI) Nota de Empenho: [...];

- 15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação do orçamento respectivo e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

- 16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Recife, Seção Judiciária de Pernambuco para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Representante Legal do CONTRATANTE

Representante Legal do CONTRATADO

Testemunhas:

1:

2:



Documento assinado eletronicamente por **Emerson Alexandre Eloy da Silva, Assessor de Licitações e Contratos**, em 06/01/2026, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §2º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfn.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2267170** e o código CRC **F64CB6BF**.

**CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO 6ª REGIÃO**

Rua Senador José Henrique, 231, Recife/PE, CEP 50070-460

Telefone: (81) 4042-2494 - <http://crn6.org.br/> - E-mail: crn6@crn6.org.br**1. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR: CONSIDERAÇÕES GERAIS.**

1.1. O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ele serve de base ao Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

1.2. O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda – DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação. Referência: Inciso XI, do art. 2º e art. 11 da IN SGD/ME nº 94/2022.

1.3. Conforme o Anexo I da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, estabelecem-se diretrizes específicas para o planejamento da contratação, aplicáveis, em especial, às **aquisições de licenciamento de software e serviços correlatos**, a seguir descritas:

DIRETRIZES ESPECÍFICAS DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**1. CONTRATAÇÃO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE E SERVIÇOS AGREGADOS:**

1.1. O licenciamento de software consiste em qualquer forma de aquisição de direitos de uso de software, quer seja por tempo indeterminado (licença perpétua), quer seja por meio de cessão temporária de direito de uso (locação ou subscrição).

1.2. Serviços agregados são aqueles relacionados ao licenciamento de software, tais como os serviços de atualização de versão, manutenção e suporte técnico.

1.3. Na especificação dos requisitos da contratação do licenciamento de software e serviços agregados, deve-se:

1.3.1. Alinhar a aquisição de licenças de software e seus serviços agregados às necessidades do órgão ou entidade para evitar gastos com produtos e serviços não utilizados;

1.3.2. Avaliar a necessidade da contratação de serviços agregados ao software; e

1.3.3. Prospectar alternativas de atendimento aos requisitos junto a diferentes fabricantes e viabilizar a participação de revendedores de fabricantes distintos.

1.4. No Estudo Técnico Preliminar da Contratação, deve-se:

1.4.1. Avaliar e definir ações para viabilizar a possível substituição da solução a ser contratada adotando medidas que minimizem a dependência tecnológica, a exemplo da adoção de padrões tecnológicos comuns de mercado ou padrões abertos e da previsão de serviços e funcionalidades de migração;

1.4.2. Avaliar a diferença entre o preço de manter a solução implantada e o de substituí-la por outra semelhante, considerando-se os valores das licenças e dos serviços agregados, e os custos indiretos como migração de dados, aquisição de novos equipamentos, implantação e treinamento;

1.4.3. Identificar a compatibilidade de produtos alternativos que viabilizem a utilização da solução, de modo a não aceitar que se condicione o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de solução específica, nos casos de indicação pelo fabricante da necessidade de produtos específicos para viabilizar a utilização da solução a ser contratada;

1.4.4. Avaliar a viabilidade de permitir que empresas concorrentes participem da disputa pela contratação do serviço de suporte técnico; e

1.4.5. Avaliar o custo-benefício de contratar os serviços de suporte técnico e de atualização de versões, sejam ambos ou somente um deles, ou de não contratar nenhum desses serviços, considerando elementos como a necessidade de negócio e os riscos envolvidos.

1.5. O volume de licenças e de serviços agregados a serem contratados deve refletir a necessidade do órgão, sendo vedado:

1.5.1. Incluir cláusula que direta ou indiretamente permita a cobrança retroativa de valores referentes a serviços de suporte técnico e de atualização de versões relativa ao período em que o órgão ou entidade tenha ficado sem cobertura contratual;

- 1.5.2. Incluir cláusula que direta ou indiretamente permita a cobrança de valores para reativação de serviços agregados;**
- 1.5.3. Incluir cláusula que direta ou indiretamente permita a cobrança de valores relativos a serviço de correção de erros, inclusive retroativos, que devem ser corrigidos sem ônus à contratante, durante o prazo de validade técnica dos softwares, nos termos do Capítulo III da Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998. Caso os erros venham a ser corrigidos em versão posterior do software, essa versão deverá ser fornecida sem ônus para a contratante;**
- 1.5.4. Incluir cláusula que direta ou indiretamente exija a contratação conjugada de serviços de suporte técnico e de atualização de versões, quando não houver a necessidade de ambos.**
- 1.6. O órgão ou entidade deverá demandar os volumes de licenças e serviços agregados, de forma gradual, seguindo cronograma de implantação, cabendo o pagamento apenas sobre os quantitativos demandados, fornecidos e efetivamente implantados.**
- 1.7. O órgão ou entidade deverá exigir das empresas licitantes declaração que ateste a não ocorrência do registro de oportunidade, de modo a garantir o princípio da competitividade, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021.**
- 1.8. O órgão ou entidade, durante o planejamento da contratação, deverá compatibilizar prazos e níveis de serviços dos termos contratuais com as condições oferecidas pelo fabricante do produto, mesmo nos casos de contratação de revendedores.**

[...]

3. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO, SUSTENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE:

- 3.1. É vedada a utilização dos serviços contratados para o desenvolvimento de softwares de atividades de área meio, salvo nos casos em que o órgão ou entidade tenha obtido autorização do órgão central do SISP ou do Órgão Central do respectivo sistema estruturador.**
- 3.1.1. São considerados softwares de atividades de área meio os que são utilizados para apoio de atividades de gestão ou administração operacional, como, por exemplo, softwares de gestão de recursos humanos, ponto eletrônico, portaria, biblioteca, almoxarifado, patrimônio, contratos, frotas, gestão eletrônica de documentos, e que não têm por objetivo o atendimento às áreas finalísticas para a consecução de políticas públicas ou programas temáticos.**
- 3.2. Todas as atividades inerentes ao ciclo de vida de desenvolvimento e manutenção de software devem estar incluídas na métrica de pagamento em função dos resultados e produtos entregues, abstendo-se a Administração do pagamento por atividades já incluídas no escopo dos serviços aferidos pela métrica, como levantamento de requisitos e reuniões, exceto nos casos de interrupção do projeto de software por parte do órgão.**
- 3.3. O órgão ou entidade poderá estabelecer no edital patamar de preço para presunção de inexecutabilidade, com base em pesquisas de mercado e de contratações similares.**
- 3.4. Os direitos relativos aos softwares desenvolvidos no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do SISP em decorrência de relação contratual, ou de vínculo trabalhista, pertencem ao órgão ou à entidade contratante, salvo expressa disposição em contrário, consoante art. 17, inciso I, alínea "h" desta Instrução Normativa, e art. 4º da Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998.**
- 3.5. É vedado aos agentes públicos ou terceiros apropriarem-se, para fins comerciais, dos softwares caracterizados no item 3.4, consoante art. 17, inciso I, alínea "h" desta Instrução Normativa, e art. 4º da Lei nº 9.609, de 1998.**
- 3.6. A Portaria STI/MP nº 46, de 28 de setembro de 2016, e suas atualizações devem ser integralmente observadas quando da cessão, acesso e utilização de qualquer Software de Governo ou Software Público Brasileiro.**

[...]

7. REQUISITOS E OBRIGAÇÕES QUANTO A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE

- 7.1. O Termo de Referência para contratação de Soluções de TIC deve conter, no que couber ao objeto contratado, requisitos e obrigações de Segurança da Informação e Privacidade - SIP, devendo o órgão ou entidade empregar, conforme critérios próprios, aqueles requisitos que forem imprescindíveis, considerando a legislação vigente e os riscos de segurança da informação e privacidade.**
- 7.2. A Equipe de Planejamento da Contratação ao especificar os requisitos e obrigações de SIP deve considerar, no que couber, aspectos que:**
- 7.2.1. propiciem a disponibilidade da solução de TIC contratada;**
- 7.2.2. evitem vazamento de dados e fraudes digitais;**

- 7.2.3. exijam, por parte da contratada, a definição de processo de gestão de riscos de SIP que envolvam a solução de TIC;
- 7.2.4. possibilitem a rastreabilidade de forma a manter trilha de auditoria de SIP;
- 7.2.5. assegurem a continuidade do negócio implementado pela solução de TIC contratada;
- 7.2.6. realizem o tratamento de dados pessoais, conforme o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e o tratamento de informações classificadas, conforme legislação vigente;
- 7.2.7. prevejam a realização de auditoria de SIP relativa à conformidade dos requisitos de segurança da informação e privacidade previstos pela contratação;
- 7.2.8. assegurem a gestão e tratamento de incidentes de forma sistematizada;
- 7.2.9. indiquem e implementem diretrizes para o desenvolvimento e obtenção de software seguro;
- 7.2.10. contemplem processo de gestão de mudanças e implementem a gestão de capacidade; e
- 7.2.11. implementem controles criptográficos, registros de logs, políticas de segurança da informação e privacidade.
- 7.3. A Equipe de Planejamento da Contratação deve considerar também quaisquer outros aspectos que constem no Guia de Requisitos e de Obrigações quanto à Segurança da Informação e Privacidade, publicado pelo Órgão Central do SISP.
- 7.4. A Equipe de Planejamento da Contratação deve garantir que o contrato contenha sanções administrativas pelo descumprimento de cada um dos requisitos de segurança da informação e de privacidade que forem especificados.
- 7.5. O detalhamento dos aspectos citados no item 7.2 e subitens consta do Guia de Requisitos e de Obrigações quanto à Segurança da Informação e Privacidade, publicado pelo Órgão Central do SISP, em alinhamento ao art. 8º, § 2º desta Instrução Normativa.

ANEXO II

1. Para fins do disposto no inciso VII do art. 2º desta Instrução Normativa, consideram-se soluções de TIC os bens e/ou serviços que se adequam à definição de pelo menos uma das categorias a seguir:

[...]

1.7. SOFTWARE E APLICATIVOS

- a) São considerados recursos de TIC programas de computador que realizam ou suportam o processamento de informações digitais, independente da forma de licenciamento (a exemplo de perpétuo, subscrição, cessão temporária);
- b) Excluem-se dessa categoria programas embarcados em equipamentos não classificados como recursos de TIC.

2. INFORMAÇÕES BÁSICAS.

2.1. A presente demanda tem por objeto a contratação de empresa(s) especializada(s) para o **fornecimento de subscrição de licenças de softwares, aplicativos e sistemas operacionais**, com o objetivo de atender às demandas do Conselho Regional de Nutrição da 6ª Região (CRN-6). O objeto inclui suporte técnico e garantia de atualização das versões pelo período de 12 (doze) meses, **sob demanda**, conforme as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência e em seus Apêndices.

2.2. As especificações detalhadas dos serviços - **incluindo as ferramentas tecnológicas que se pretende adquirir e as suas respectivas finalidades** - a serem contratados estão descritas tanto no Despacho nº 87 (SEI nº 2113687) no item 3 do Documento de Formalização da Demanda (DFD, SEI nº 2136011), abaixo:

Nº	Item / Ferramenta	Finalidade	Qtd.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)	Situação Proposta
01	Mlabs – Plano Completo	Gerenciamento de mídias sociais	1	R\$ 1.460,61	R\$ 1.460,61	Sob demanda
02	EAD Plataforma – Essentials	Cursos online	1	R\$ 10.015,30	R\$ 10.015,30	Sob demanda
03	Canva – Plano Equipes	Editoração de imagens	1	R\$ 1.493,21	R\$ 1.493,21	Obrigatório
04	CapCut	Edição de vídeos	1	R\$ 683,55	R\$ 683,55	Sob demanda
05	Duda – Plano Equipe	Desenvolvimento de sites	1	R\$ 3.518,60	R\$ 3.518,60	Obrigatório
06	Jivochat Básico	Atendimento por <i>chatbot</i>	12	R\$ 1.414,58	R\$ 16.974,96	Sob demanda

Nº	Item / Ferramenta	Finalidade	Qtd.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)	Situação Proposta
07	Google Workspace Business Plus	E-mail, armazenamento e videoconferência	10	R\$ 2.963,67	R\$ 29.636,70	Obrigatório
08	LOCASMS	Envio de SMS (300 mil envios)	1	R\$ 28.783,33	R\$ 28.783,33	Obrigatório
09	Anydesk – Plano Standard	Acesso remoto	1	R\$ 3.143,52	R\$ 3.143,52	Sob demanda
10	ChatGPT – Plano Plus	Apoio em demandas de texto e IA	1	R\$ 2.472,00	R\$ 2.472,00	Sob demanda
11	OpenAI – gpt-4o-mini	Integração com IA	1	R\$ 3.345,80	R\$ 3.345,80	Sob demanda
12	Make – Plano Pro	Automação de fluxos	1	R\$ 2.093,33	R\$ 2.093,33	Sob demanda
13	Super Agentes – Plano Gerencial	Criação de <i>chatbots</i> inteligentes	6	R\$ 1.345,42	R\$ 8.072,52	Sob demanda
14	Supabase – Plano Pro	Desenvolvimento de <i>backends</i>	1	R\$ 2.994,18	R\$ 2.994,18	Sob demanda
15	Gamma – Plano Pro	Criação de apresentações	1	R\$ 1.483,50	R\$ 1.483,50	Sob demanda
16	Tactiq – Plano Equipe	Transcrição de reuniões	2	R\$ 2.438,67	R\$ 4.877,34	Sob demanda
17	Acrobat Pro para Equipes	Edição de PDFs	5	R\$ 1.470,00	R\$ 7.350,00	Sob demanda
18	Elevenlabs – Plano Pro	Áudio IA	1	R\$ 2.371,45	R\$ 2.371,45	Sob demanda
19	Pixverse – Plano Pro	IA para vídeos animados	1	R\$ 4.038,51	R\$ 4.038,51	Sob demanda
20	D-ID – Plano Pro	Agentes de IA visual	1	R\$ 1.846,67	R\$ 1.846,67	Sob demanda
21	MidJourney Standard	IA para imagens 4K	1	R\$ 2.866,67	R\$ 2.866,67	Sob demanda
22	Power BI Pro	Análise de dados e indicadores	1	R\$ 1.073,13	R\$ 1.073,13	Obrigatório
23	Empresas Aqui - Plano Plus	Oferece uma base de dados robusta e filtros detalhados que permitem identificar e segmentar empresas	1	R\$ 3.576,63	R\$ 3.576,63	Sob demanda
24	Plataforma de Curso - Alura Curso Plano Pro	Capacitação continuada dos colaboradores, voltados à área de tecnologia e inovação	1	R\$ 377,50	R\$ 4.530,00	Sob demanda

2.3. Conforme demandado pelo setor requisitante, os softwares e serviços digitais foram classificados em itens "**indispensáveis**" e itens "**facultativos**", **ambos sob demanda**, todos **importantes** para assegurar a execução das atividades institucionais, otimização de processos e atendimento eficiente das necessidades do CRN-6.

2.4. Itens indispensáveis:

2.4.1. (a) Canva – Plano Equipes:

2.4.1.1. Objeto: Fornecimento de solução colaborativa para criação e edição de materiais gráficos, incluindo posts, relatórios, campanhas, apresentações e identidades visuais.

2.4.2. (b) Duda – Plano Equipe:

2.4.2.1. Objeto: Disponibilização de plataforma para criação, hospedagem e gerenciamento de sites institucionais, com suporte a trabalho em equipe e integração com outros sistemas.

2.4.3. (c) Google Workspace – Business Plus:

2.4.3.1. Objeto: Suíte de produtividade corporativa para comunicação, armazenamento em nuvem, edição colaborativa de documentos e realização de reuniões virtuais, com recursos avançados de administração e segurança.

2.4.4. (d) LocaSMS:

2.4.4.1. Objeto: Serviço para envio em massa de mensagens de texto (SMS), com relatórios e integrações para comunicação institucional e campanhas oficiais.

2.4.5. (e) Power BI Pro:

2.4.5.1. Objeto: Plataforma para análise de dados e desenvolvimento de relatórios dinâmicos e dashboards interativos, com possibilidade de compartilhamento em tempo real.

2.5. Itens Facultativos:

2.5.1. (a) Mlabs – Plano Completo:

2.5.1.1. Objeto: Plataforma de gestão de redes sociais para agendamento de publicações, atendimento de mensagens, monitoramento e análise de desempenho digital.

2.5.2. (b) **EAD Plataforma – Essentials:**

2.5.2.1. Objeto: Ambiente virtual de aprendizagem para hospedagem, gestão e acompanhamento de cursos e treinamentos online.

2.5.3. (c) **CapCut:**

2.5.3.1. Objeto: Aplicativo de edição de vídeos, com funcionalidades de cortes, efeitos, legendagem automática e integração com redes sociais.

2.5.4. (d) **JivoChat – Básico:**

2.5.4.1. Objeto: Sistema de atendimento digital multicanal, integrando chat em site, WhatsApp, redes sociais e telefone, com relatórios de interação.

2.5.5. (e) **AnyDesk – Plano Standard:**

2.5.5.1. Objeto: Software de acesso remoto seguro, com recursos para suporte técnico e colaboração à distância.

2.5.6. (f) **ChatGPT – Plano Plus:**

2.5.6.1. Objeto: Ferramenta de inteligência artificial para geração de textos, análises, resumos e apoio a atividades administrativas.

2.5.7. (g) **OpenAI – gpt-4o-mini:**

2.5.7.1. Objeto: Modelo de IA para automação de tarefas textuais rápidas, com foco em consultas contextuais de baixo custo.

2.5.8. (h) **Make – Plano Pro:**

2.5.8.1. Objeto: Plataforma de automação e integração de processos entre sistemas e aplicativos, com fluxos de trabalho personalizados.

2.5.9. (i) **Super Agentes – Plano Gerencial:**

2.5.9.1. Objeto: Ferramenta para criação e gestão de agentes virtuais, voltada para automação de atendimento e suporte a usuários.

2.5.10. (j) **Supabase – Plano Pro:**

2.5.10.1. Objeto: Banco de dados em nuvem e plataforma de backend como serviço (BaaS), destinado ao desenvolvimento e gestão de aplicações web.

2.5.11. (k) **Gamma – Plano Pro:**

2.5.11.1. Objeto: Plataforma para criação de apresentações dinâmicas e conteúdos visuais interativos, com suporte de inteligência artificial.

2.5.12. (l) **Tactiq – Plano Equipe:**

2.5.12.1. Objeto: Ferramenta de transcrição em tempo real de reuniões online (Google Meet, Zoom, Teams), com exportação de atas e resumos automáticos.

2.5.13. (m) **Acrobat Pro para Equipes:**

2.5.13.1. Objeto: Solução corporativa para criação, edição, conversão e assinatura digital de documentos em PDF, com recursos colaborativos.

2.5.14. (n) **ElevenLabs – Plano Pro:**

2.5.14.1. Objeto: Plataforma de inteligência artificial para síntese e clonagem de voz, com geração de áudios realistas e multilíngues.

2.5.15. (o) **Pixverse – Plano Pro:**

2.5.15.1. Objeto: Aplicativo baseado em IA para criação de imagens e vídeos institucionais a partir de descrições textuais.

2.5.16. (p) **D-ID – Plano Pro:**

2.5.16.1. Objeto: Ferramenta para geração de avatares e vídeos realistas a partir de imagens e textos, voltada a treinamentos e apresentações digitais.

2.5.17. (q) **MidJourney – Standard:**

2.5.17.1. Objeto: Plataforma de inteligência artificial para criação de imagens de alta qualidade a partir de comandos textuais.

2.5.18. (r) **Empresas Aqui - Plano Plus:**

2.5.18.1. Objeto: Oferece uma base de dados robusta e filtros detalhados que permitem identificar e segmentar empresas.

2.5.19. (s) **Plataforma de Curso - Alura Curso Plano Pro:**

2.5.19.1. Objeto: Plataforma de capacitação continuada dos colaboradores, voltados à área de tecnologia e inovação.

2.6. A presente licitação será processada mediante a divisão em 5 (cinco) lotes, visto que a adjudicação por itens isolados mostrar-se-ia antieconômica, desarrazoada e prejudicial à padronização tecnológica. Os lotes foram agrupados por afinidade técnica, compreendendo: Lote 1 (Produtividade e Comunicação), Lote 2 (Criação Gráfica, Multimídia e Web), Lote 3 (Inteligência Artificial e Automação), Lote 4 (Análise de Dados e Back-end) e Lote 5 (Gestão de Mídias e Plataforma EAD). Tal modelagem visa otimizar a gestão contratual e, simultaneamente, ampliar a competitividade ao favorecer a participação de ME e EPP, em estrita observância à Lei Complementar nº 123/2006.

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE MARCAS E MODELOS:

2.6.1. Compete ao Setor de Licitações e Contratos a operacionalização das compras públicas, sempre em conformidade com a legislação vigente e com os princípios que regem a Administração Pública. Ressalte-se, entretanto, que a definição da necessidade tecnológica é de responsabilidade do setor requisitante, cabendo a esta unidade tão somente dar prosseguimento ao procedimento dentro da legalidade.

2.6.2. Nesse contexto, é importante destacar que a indicação de marcas ou modelos, como regra, deve observar o disposto nos arts. 40 a 43 da Lei nº 14.133/2021, combinada com as diretrizes previstas no Anexo I da IN SGD/ME nº 94, de 2022.

2.6.3. Cumpre registrar a orientação consolidada na Súmula nº 270 do Tribunal de Contas da União, segundo a qual é admissível, em processos de compras públicas, a indicação de marca no caso de softwares, desde que tal escolha seja estritamente necessária para atender a requisitos de padronização e que haja prévia justificativa formal. Vejamos:

[Enunciado] SÚMULA TCU 270: Em licitações referentes a compras, inclusive de softwares, é possível a indicação de marca, **desde que seja estritamente necessária para atender exigências de padronização e que haja prévia justificativa.**

Tribunal de Contas da União, acórdão: 849/2012-Plenário, data da sessão: 11/04/2012, Relator: Ministro José Mucio Monteiro.

2.6.4. No presente caso, conforme relatado pelo setor requisitante no DFD nº 17 (itens 2.3 e 2.4), embora as necessidades do CRN-6 possam ser descritas em termos objetivos, **há exigência concreta de padronização dos serviços a serem contratados.** Isso se deve ao fato de que tais ferramentas tecnológicas pertencem a um nicho de mercado específico, em que produtos similares muitas vezes se desenvolvem apenas à sombra de soluções consolidadas. A título de exemplo, quando se trata de tecnologia voltada a respostas e elaboração de textos por meio de inteligência artificial, a referência imediata e mais consolidada no mercado é o “ChatGPT”, cuja popularidade e robustez funcional o tornam parâmetro natural.

2.6.5. Assim, ainda que, em tese, a Administração possa descrever de forma objetiva a sua necessidade, a experiência demonstra que, em muitos casos, a vinculação à marca se justifica pela ausência de equivalência plena entre diferentes soluções tecnológicas. A indicação da marca, portanto, busca não apenas atender à necessidade institucional, mas também resguardar a segurança e a eficiência da contratação.

2.6.6. Esse entendimento encontra respaldo em práticas de outros órgãos da Administração Pública, na linha do que dispõe o art. 43, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021. Cite-se, a título ilustrativo, a **Dispensa Eletrônica nº 90004/2024 do Supremo Tribunal Federal**, cujo objeto foi a aquisição da assinatura do software “Canva Pro – Equipes”, **com a indicação expressa da marca.**

2.6.7. Importante frisar que, mesmo com a indicação de marca, a competitividade do certame permanece assegurada, uma vez que não se trata de hipótese de “inexigibilidade de licitação”. Empresas especializadas na prestação dos serviços poderão concorrer livremente para o fornecimento das subscrições de licenças de softwares, aplicativos e sistemas operacionais ora demandados, garantindo-se a observância dos princípios da isonomia, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

3. ÁREA REQUISITANTE.

3.1. Setor/Unidade: **Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC-CRN-6).**

3.2. Responsável pela demanda: **Nairton Severiano da Silva, Chefe do Setor TIC-CRN-6, registrado sob matrícula de n.º 21.**

4. REQUISITOS MÍNIMOS DA CONTRATAÇÃO.

4.1. Para garantir a plena operacionalização do licenciamento de softwares e serviços agregados, a contratação deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

Requisitos Funcionais:

4.2. Fornecimento de licenças de software, aplicativos e sistemas operacionais conforme demanda do CRN-6, com cobertura de 12 (doze) meses.

4.3. Disponibilização de serviços agregados, incluindo suporte técnico e atualização de versões, quando demandados pelo órgão.

4.4. Compatibilidade dos softwares e serviços com os sistemas já implantados no CRN-6, assegurando integração e continuidade operacional.

4.5. Possibilidade de escalonamento na aquisição de licenças e serviços, permitindo expansão conforme necessidades futuras, sem obrigatoriedade de aquisição de volumes não demandados.

4.6. Atendimento às funcionalidades essenciais de cada software conforme especificação técnica, incluindo, mas não se limitando a: criação, edição, análise, armazenamento de dados, gestão de conteúdo, ensino a distância e automação de processos.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade:

4.7. Garantia de confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações armazenadas, processadas ou transmitidas nos softwares contratados.

4.8. Adoção de mecanismos de controle de acesso, autenticação de usuários e registro de atividades (logs) para todas as operações relevantes.

4.9. Implementação de políticas e procedimentos de backup e recuperação de dados, assegurando integridade e continuidade dos serviços.

4.10. Compromisso com a proteção de dados pessoais, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – LGPD), incluindo:

4.10.1. Tratamento de dados pessoais somente para finalidades explícitas e legítimas;

4.10.2. Garantia de armazenamento seguro e criptografado quando aplicável;

4.10.3. Notificação imediata ao CRN-6 em caso de incidentes de segurança ou vazamento de dados;

4.10.4. Disponibilização de recursos para atender direitos dos titulares de dados, quando aplicável.

4.10.5. Observância das normas de segurança da informação emitidas pelo Governo Federal, especialmente no que se refere a dados sensíveis e sigilosos.

Requisitos Contratuais e de Execução:

4.11. A contratação será realizada por demanda, cabendo pagamento apenas sobre as licenças e serviços efetivamente solicitados e fornecidos, conforme cronograma de implantação.

4.12. O fornecedor deverá fornecer documentação completa de cada software, incluindo termos de licença, manuais de operação e registro de versão.

4.13. A contratação deverá prever suporte técnico remoto e atualizações de versão durante todo o período de vigência, de forma escalonada e conforme a demanda.

4.14. As licenças e serviços agregados deverão permitir eventual migração futura para alternativas compatíveis, minimizando a dependência tecnológica do CRN-6.

4.15. A empresa contratada deverá apresentar declarações de conformidade com as exigências de segurança da informação, privacidade e LGPD, bem como atestar a inexistência de registro de oportunidade em processos similares, garantindo competitividade.

4.16. Na composição de preços, as proponentes poderão incluir todos os custos relativos à subscrição das licenças de software, serviços agregados (atualização de versões, suporte técnico), treinamento, implantação e quaisquer despesas diretamente relacionadas à plena execução do objeto contratado.

- 4.17. O prazo de garantia dos softwares e serviços agregados deverá observar as disposições legais aplicáveis, garantindo segurança, continuidade operacional e viabilidade técnica ao CRN-6 durante todo o período de vigência contratual.
- 4.18. A contratação refere-se à aquisição de licenças de software e serviços correlatos junto a empresa(s) especializada(s), não sendo necessária transferência de conhecimento, tecnologia ou técnicas adicionais, além das previstas nos serviços de suporte e atualização de versões.
- 4.19. Os serviços são classificados como **comuns**, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos de forma objetiva, com base em especificações usuais de mercado e nos requisitos funcionais previamente estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.
- 4.20. Considerando o valor estimado da contratação, a complexidade média do objeto e o perfil do mercado fornecedor, não será admitida a participação de consórcios.
- 4.21. Não será exigida a apresentação de amostras, nem será permitida a subcontratação do objeto contratual, devendo a execução ser integralmente realizada pela empresa contratada.
- 4.22. Outros requisitos específicos serão detalhados em documentos próprios, especialmente no Termo de Referência e em eventuais anexos técnicos. Durante a execução do contrato, deverá ser assegurada a observância do interesse público, priorizando as diretrizes e necessidades expressas no Documento de Formalização da Demanda, no Estudo Técnico Preliminar e nos demais documentos integrantes do processo de contratação.

5. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE.

a) Identificação do problema:

- 5.1. O CRN-6 apresenta demandas crescentes relacionadas à **comunicação institucional, gestão de dados, segurança da informação, automação de processos, gestão de equipes e inovação tecnológica**. Atualmente, inexistem soluções próprias ou consolidadas que atendam de forma integrada a essas necessidades, o que gera dificuldades na execução de atividades administrativas, educacionais, de fiscalização e de suporte interno.
- 5.2. A ausência dessas ferramentas compromete a otimização dos fluxos de trabalho, reduz a eficiência na comunicação com o público interno e externo, dificulta a gestão documental e limita o aproveitamento de tecnologias emergentes, como inteligência artificial e análise de dados, cada vez mais necessárias ao ambiente corporativo.
- 5.3. **As soluções tecnológicas demandadas foram classificadas em itens indispensáveis (essenciais para a continuidade das atividades institucionais) e itens facultativos (de caráter complementar, voltados a aprimorar a produtividade e a inovação).** Essa classificação permite assegurar que os recursos sejam aplicados de forma proporcional às necessidades do Conselho, respeitando critérios de economicidade e eficiência administrativa.
- 5.4. Ademais, após análise do setor requisitante, constatou-se que não foram identificadas soluções estritamente compatíveis junto a outras plataformas, softwares ou tecnologias que substituam, com a mesma eficácia, os itens demandados. Tal cenário justifica a indicação de determinadas marcas, especialmente em razão da necessidade de padronização e da ampla consolidação de tais soluções no mercado, sem que isso implique inexigibilidade de licitação, haja vista que diferentes fornecedores poderão concorrer no fornecimento das licenças de software.

b) Contextualização e motivação:

- 5.5. O CRN-6 não possui, salvo melhor juízo, Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) próprio, razão pela qual adota, para fins de planejamento e alinhamento estratégico, o **Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (PDTI/MGI)** (SEI nº 2138096), em conformidade com a legislação vigente.
- 5.6. O PDTI/MGI (2024–2027) foi concebido como instrumento de alinhamento entre as estratégias e os planos de TIC e os objetivos organizacionais, em observância ao art. 6º da Portaria SGD nº 778/2019 (alterada pela Portaria nº 18.152/2020). Esse instrumento orienta a gestão da força de trabalho e dos recursos de TI para assegurar a entrega de soluções efetivas, alinhadas às demandas institucionais e às prioridades de governo.
- 5.7. O referido Plano integra-se à Estratégia de Governo Digital (Decreto nº 10.332/2020), à Estratégia Integrada de Tecnologia da Informação do ColaboraGov (EITI) e às disposições da Lei nº 14.600/2023 (alterada pela Lei nº 14.816/2024), que atribuem à Secretaria de Serviços Compartilhados do MGI a responsabilidade de atender às demandas administrativas e de tecnologia da informação, inclusive de órgãos e entidades que não dispõem de estrutura própria de planejamento.
- 5.8. **A presente contratação de softwares e serviços digitais pelo CRN-6 se insere de forma alinhada ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – PDTI/MGI (2024-2027), uma vez que este instrumento estabelece a diretriz de atender às necessidades de tecnologia da**

informação das unidades administrativas vinculadas, priorizando eficiência, transparência e qualidade na prestação dos serviços públicos.

5.9. De acordo com o PDTI/MGI, compete aos órgãos vinculados ao ColaboraGov direcionar suas demandas administrativas e de tecnologia ao MGI, observando os princípios da economicidade, inovação e compartilhamento de soluções digitais

5.10. Nesse sentido, a contratação proposta pelo CRN-6 encontra respaldo nos Objetivos de TI consolidados do MGI, especialmente aqueles voltados a:

5.10.1. prover ferramentas tecnológicas e licenças de software de uso corporativo, essenciais para o funcionamento do centro de serviços compartilhados e para a execução de políticas públicas

5.10.2. prover soluções de inteligência de negócio e de automação de processos, garantindo agilidade, confiabilidade e suporte à tomada de decisão

5.10.3. aprimorar a segurança da informação e a gestão da infraestrutura tecnológica, em consonância com as normas do GSI e com a Estratégia de Governo Digital

5.10.4. otimizar a alocação de recursos (orçamento, pessoas, contratos e TI) para o portfólio digital, assegurando sustentabilidade e racionalização de custos

5.10.5. a contratação também atende aos fatores críticos para a implementação do PDTI, como a necessidade de serviços padronizados e de qualidade, a agilidade na prestação de serviços e o alinhamento com os órgãos setoriais e correlatos do SIS

5.11. **Dessa forma, embora o CRN-6 não disponha de plano diretor próprio de TI, a presente contratação se ancora nas diretrizes estratégicas do PDTI/MGI, garantindo aderência normativa, suporte à transformação digital, fortalecimento da governança em TI e alinhamento direto às metas estabelecidas para o período 2024-2027.**

c) Alinhamento estratégico:

5.12. A contratação está alinhada ao PDTI/MGI (2024–2027), adotado pelo CRN-6 na ausência de plano diretor próprio, garantindo conformidade com a IN SGD nº 94/2022. Atende aos eixos de transformação digital, eficiência administrativa e segurança da informação, promovendo padronização tecnológica e continuidade operacional. Previsto no Documento de Formalização da Demanda nº 32/2024 (SEI nº 2138262).

d) Histórico e escopo:

5.13. O setor requisitante identificou carência de ferramentas padronizadas para comunicação, análise de dados, gestão documental e automação. A inexistência de PDTI próprio levou o CRN-6 a adotar o PDTI/MGI como referência para planejar e justificar a demanda por softwares e serviços digitais.

5.14. O que se pretende é a subscrição de licenças de softwares e serviços agregados (suporte e atualização), em regime sob demanda por 12 meses, abrangendo itens indispensáveis e facultativos. O contrato, sob demanda, assegurará compatibilidade com sistemas já utilizados, além de atender requisitos de segurança, privacidade e LGPD.

6. NECESSIDADES DE NEGÓCIO, TECNOLÓGICA E DEMAIS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO.

a) Necessidades de Negócio:

6.1. O CRN-6 necessita aprimorar sua capacidade de comunicação institucional, gestão de informações, automação de processos administrativos e oferta de serviços digitais. Essas necessidades de negócio estão diretamente relacionadas à eficiência administrativa, à transparência e ao cumprimento da missão institucional de orientar, fiscalizar e apoiar a atuação profissional dos nutricionistas da 6ª Região.

b) Necessidade Tecnológica:

6.2. Para atender às necessidades de negócio, faz-se imprescindível a contratação de licenciamento de softwares e serviços agregados que assegurem:

6.2.1. ferramentas colaborativas de comunicação e produtividade;

6.2.2. soluções de análise de dados e geração de relatórios;

6.2.3. recursos de gestão documental e de atendimento multicanal;

6.2.4. integração com sistemas já existentes;

6.2.5. aderência às normas de segurança da informação e à LGPD.

6.3. A contratação será realizada em regime de subscrição sob demanda, com suporte técnico e atualização de versões, garantindo escalabilidade e continuidade operacional.

c) Diplomas normativos, execução e controle e acompanhamento e comprovação:

- 6.4. A contratação observará os seguintes referenciais normativos:
- 6.4.1. **Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere aos princípios e regras das contratações públicas;**
- 6.4.2. **Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quanto à proteção de dados pessoais;**
- 6.4.3. **Lei nº 9.609/1998, no tocante aos direitos e obrigações relativos ao uso de software;**
- 6.4.4. **Instrução Normativa SGD nº 94/2022, que dispõe sobre contratações de soluções de TIC no âmbito do SISP;**
- 6.4.5. **Portaria SGD/ME nº 778/2019, que regulamenta o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação;**
- 6.4.6. **PDTI/MGI (2024–2027), adotado pelo CRN-6 como plano de referência.**
- 6.5. A execução será controlada por meio de relatórios de uso, indicadores de desempenho contratual e verificações periódicas de conformidade. O acompanhamento ficará sob responsabilidade da unidade gestora do contrato, com comprovação das entregas mediante aceitação formal dos serviços prestados e validação técnica pela área requisitante.

7. ANÁLISE DE MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR.

7.1. A Equipe de Planejamento da Contratação identificou a existência de diversas empresas no mercado aptas a atender às especificações do objeto pretendido, com especialização na assessoria e organização de eventos institucionais, abrangendo as fases pré-evento, durante e pós-evento. Durante a análise de possíveis soluções e a realização da pesquisa de mercado, constatou-se a existência de uma Ata de Registro de Preços (ARP) n.º 02/2025, vinculada ao Pregão Eletrônico n.º 90002/2025, vigente e devidamente formalizada, que atende plenamente às necessidades do CRN-6 para a realização do evento **Nutrição Experience (NEX)**, no presente ano.

7.2. Para subsidiar a tomada de decisão quanto à melhor solução para viabilizar a realização do evento Nutrição Experience (NEX) 2025, esta Equipe de Planejamento apresenta, a seguir, a **análise comparativa de três alternativas consideradas**:

Solução 1 – Uso de Software Público:

7.3. A primeira alternativa considerada foi a utilização de soluções disponibilizadas no âmbito do **Software Público Brasileiro (SPB)**. Contudo, conforme atestado no DFD nº 17, não foram identificados softwares ou plataformas que atendam às especificidades do CRN-6. As soluções existentes não possuem compatibilidade técnica nem oferecem equivalência funcional às demandas institucionais.

Solução 2 – Uso de Softwares de Código Aberto:

7.4. Outra alternativa seria a adoção de softwares de código aberto, disponíveis no mercado sem custo de licenciamento. Apesar da aparente economicidade, essa opção apresenta riscos relevantes, abaixo:

7.4.1. (a) **segurança da informação**: ausência de garantias de manutenção, atualização e suporte especializado, expondo os sistemas a vulnerabilidades.

7.4.2. (b) **eficiência comprometida**: limitações técnicas dos recursos, que não atendem plenamente às necessidades do Conselho.

7.4.3. (c) **risco operacional**: exigiria que cada funcionário utilizasse contas pessoais para acessar ferramentas, o que implicaria risco de comprometimento de informações institucionais e ausência de padronização no uso das tecnologias.

Solução 3 – Contratação de Empresa para Fornecimento de Subscrição de Licenças (melhor solução):

7.5. A terceira alternativa, considerada a mais viável, consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento das subscrições de licenças de softwares e serviços agregados. Essa solução garante:

7.5.1. (a) segurança jurídica e operacional, por meio de contratos formais que asseguram suporte técnico e atualização de versões;

7.5.2. (b) padronização tecnológica, com uso de soluções amplamente consolidadas no mercado e já adotadas por outros órgãos públicos, a exemplo do Supremo Tribunal Federal (STF);

7.5.3. (c) institucionalização e profissionalização do uso de ferramentas, evitando improvisos e garantindo eficiência na execução das atividades;

7.5.4. (d) continuidade administrativa, ao se basear em práticas já adotadas pelo próprio CRN-6 em contratações anteriores.

Contratação Via Ata de Registro de Preços:

7.6. Sob o ponto de vista operacional e administrativo, diante das alternativas analisadas, a contratação por meio de **Ata de Registro de Preços (ARP)** revela-se a solução **mais vantajosa** para a Administração.

7.7. Conforme o disposto no **art. 6º, inciso XLVI, da Lei nº 14.133, de 2021**, a ata de registro de preços é um documento de natureza **vinculativa e obrigacional**, caracterizando-se como um compromisso para futuras contratações. Nesse instrumento, são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições que deverão ser observadas, em conformidade com as disposições constantes do edital de licitação, do aviso ou do instrumento de contratação direta, bem como das propostas apresentadas.

7.8. Conforme o *Manual de Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU*, 5ª Edição – versão 2.0, atualizado em 29/08/2024 (2024, p. 641), os conceitos e requisitos para a utilização do **Sistema de Registro de Preços** são os seguintes:

O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos adotados pela Administração para registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.

No âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, o **Decreto 11.462/2023** dispôs sobre os procedimentos para o SRP. As organizações que utilizam o sistema Compras do Governo Federal poderão realizar o registro de preços por meio do SRP digital.

Os preços podem ser registrados mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência. O critério de julgamento será por **menor preço** ou **maior desconto**.

O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial quando:

- 1. pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;**
- 2. pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração;**
- 3. for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;**
- 4. for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou entidade, inclusive nas compras centralizadas; e**
- 5. for atender à execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal para fins de transferências voluntárias. No caso de compras nacionais, não haverá a necessidade de manifestação de interesse durante o período de divulgação da intenção de registro de preços- IRP.**

A principal diferença do SRP com relação às contratações convencionais é que, no sistema convencional, a cada necessidade da Administração realiza-se procedimento licitatório para selecionar fornecedor e proposta para contratação específica, efetivada pela Administração ao final do procedimento. **No registro de preços, a licitação direciona-se a selecionar fornecedor e proposta para contratações não específicas, que poderão ser realizadas, tantas vezes quantas forem necessárias, durante o período de validade da ata e respeitados os quantitativos máximos definidos em edital.**

Assim, o SRP, quando utilizado adequadamente, proporciona agilidade nas contratações, reduz os esforços administrativos e possibilita ganhos de escala, especialmente quando um só certame puder ser utilizado para satisfazer as necessidades de diferentes organizações públicas.

(destaques não originais)

7.9. **A ARP permite o registro formal de preços por período determinado, com possibilidade de prorrogação, sem obrigar a Administração a realizar a contratação imediata.** Conclui-se, então, que:

7.9.1. (a) não será necessário alocar, neste momento, dotação orçamentária integral para todo o período, flexibilizando a execução orçamentária;

7.9.2. (b) o CRN-6 poderá realizar aquisições futuras de forma ágil, bastando formalizar solicitação com base na ata vigente;

7.9.3. (c) haverá possibilidade de realizar licitação específica para itens determinados, conforme previsto no art. 83 da Lei nº 14.133/2021, que dispõe que a existência de preços registrados implica compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, **mas não obriga a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica, desde que devidamente motivada.**

7.10. Portanto, a contratação por ARP garante **flexibilidade, economicidade, competitividade e eficiência**, atendendo de forma plena às necessidades tecnológicas do CRN-6.

Justificativa Econômica da Solução:

7.11. A participação do CRN-6 no Sistema de Registro de Preços revela-se economicamente vantajosa, na medida em que possibilita a contratação **sob demanda**, conforme a efetiva necessidade, evitando aquisições desnecessárias e reduzindo riscos de desperdício de recursos públicos. O SRP permite maior flexibilidade na execução contratual, garantindo previsibilidade orçamentária e racionalização das despesas, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

7.12. Todavia, considerando o porte institucional do Conselho e o reduzido quadro de servidores, a adoção do SRP limita-se à condição de órgão participante, afastando-se soluções que ampliem a carga administrativa sem correspondente ganho econômico.

8. JUSTIFICATIVA PARA A NÃO DIVULGAÇÃO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS (IRP).

8.1. A Intenção de Registro de Preços (IRP) constitui instrumento destinado a conferir publicidade à pretensão da Administração de realizar licitação pelo Sistema de Registro de Preços, possibilitando a participação de outros órgãos ou entidades que manifestem interesse na contratação do mesmo objeto, com vistas à obtenção de economia de escala decorrente do aumento do quantitativo estimado.

8.2. **Entretanto, a Lei nº 14.133/2021 não impõe caráter obrigatório à divulgação da IRP em todas as hipóteses.** Nos termos do art. 86, § 1º, o procedimento de IRP é expressamente dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora figurar como único contratante, situação em que se insere o presente caso.

8.3. No âmbito desta contratação, a divulgação da IRP implicaria a possibilidade de adesão de demandas externas, ampliando significativamente a complexidade da gestão da futura Ata de Registro de Preços. **Ressalte-se, ainda, que o CRN-6 dispõe de quadro funcional reduzido, o que inviabiliza, sob o aspecto operacional, o gerenciamento ampliado de uma Ata de Registro de Preços com múltiplos participantes, sem prejuízo às demais atividades finalísticas do Conselho.** Soma-se a isso a necessidade de condução célere do procedimento licitatório, circunstância que poderia ser comprometida com a abertura da IRP, em razão do alongamento de prazos e da necessidade de consolidação de demandas de outros órgãos.

8.4. Diante desse cenário, e com fundamento no art. 86, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, **opta-se justificadamente pela não divulgação da Intenção de Registro de Preços, mantendo-se a contratação restrita ao atendimento das demandas do CRN-6**, em observância aos princípios da eficiência, razoabilidade, planejamento e interesse público.

9. JUSTIFICATIVA PARA A VEDAÇÃO À ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ("CARONA").

9.1. Fica expressamente vedada a adesão de órgãos ou entidades não participantes à Ata de Registro de Preços da qual o CRN-6 fizer parte. A permissão de adesões acarretaria aumento significativo da complexidade da gestão da Ata, exigindo controle adicional de quantitativos, acompanhamento de contratações derivadas e fiscalização ampliada, **o que não se compatibiliza com a estrutura administrativa reduzida do Conselho.**

9.2. A vedação à "carona" preserva a governança, assegura a adequada fiscalização da execução contratual e evita riscos de descontinuidade ou prejuízo à prestação dos serviços, em observância aos princípios da eficiência, razoabilidade e interesse público.

10. JUSTIFICATIVA PARA JULGAMENTO POR LOTE.

10.1. Optou-se pelo agrupamento dos itens em lote único, com julgamento pelo menor valor global do lote, em razão da interdependência técnica entre os itens, da necessidade de padronização da execução contratual e da racionalização da gestão e da fiscalização do contrato.

10.2. A contratação por itens isolados poderia gerar incompatibilidades operacionais, aumento do custo administrativo e maior complexidade na fiscalização, sem vantagem econômica comprovada.

11. TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

11.1. Nos termos dos arts. 47 e 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014, define-se que os lotes da contratação serão exclusivos para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), uma vez que o valor estimado dos itens não ultrapassa o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

11.2. A medida promove o desenvolvimento econômico, amplia a competitividade e assegura o tratamento diferenciado às ME e EPP, sem prejuízo da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

12. MAPA DE RISCOS.

MAPA DE RISCOS	
RISCO 01: Inadimplência do fornecedor. O fornecedor não entrega os softwares ou serviços contratos dentro do prazo ou conforme especificações.	
FASE DE ANÁLISE:	Planejamento da contratação
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta
Impacto:	() Baixo () Médio (x) Alto
Dano: Atraso na implementação e prejuízo na continuidade dos serviços.	
Ação Preventiva: Exigir garantias contratuais, cláusulas de penalidade, cronograma detalhado de entregas e acompanhamento constante.	Responsável: Equipe de Planejamento de Contratação
Ação de Contingência: Acionar fornecedor substituto, aplicar penalidades contratuais e renegociar prazos.	Responsável: Setor de Licitações e Contratos
RISCO 02: Deficiência técnica do software. Os produtos/software não atendem aos requisitos técnicos definidos no edital.	
FASE DA ANÁLISE: Licitação	Fase externa
Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto
Dano: Funcionalidades comprometidas e impacto na eficiência operacional.	
Ação Preventiva: Realizar testes prévios de compatibilidade, exigir certificações e comprovações técnicas na fase de habilitação.	Responsável: Equipe de Planejamento de Contratação
Ação de Contingência: Solicitar correções técnicas, atualizações ou substituição do software.	Responsável: Setor de Licitações e Contratos
RISCO 03: Risco operacional interno. Falhas nos processos internos da instituição que atrasam ou prejudicam a implementação do projeto.	
Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixo (x) Médio () Alto
Dano: Interrupções ou atrasos na execução dos serviços.	

Ação Preventiva: Padronizar processos, capacitar equipe e monitorar a execução continuamente.	Responsável: Setor Requisitante
Ação de Contingência: Reorganizar tarefas, realocar equipe ou contratar apoio temporário.	Responsável: Gestor do Contrato
RISCO 04: Risco de segurança da informação. Vulnerabilidades nos softwares podem comprometer dados sensíveis da instituição.	
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto
Dano: Perda ou vazamento de informações confidenciais.	
Ação Preventiva: Exigir certificações de segurança, auditorias periódicas e cláusulas de responsabilidade por falhas de segurança.	Responsável: Setor Requisitante
Ação de Contingência: Isolar sistemas afetados, restaurar backups e notificar autoridades competentes.	Responsável: Gestor do Contrato
RISCO 05: Risco orçamentário. Limitações financeiras que dificultam a aquisição ou manutenção dos softwares e serviços contratados.	
Probabilidade:	() Baixo (X) Médio () Alto
Impacto:	() Baixo (X) Médio () Alto
Dano: Inviabilidade de contratação ou interrupção dos serviços.	
Ação Preventiva: Planejamento detalhado de recursos, análise de custos e definição de estratégias de contingência.	Responsável: Gestor do Contrato
Ação de Contingência: Priorizar aquisições essenciais, renegociar valores ou parcelar serviços.	Responsável: Gestor do Contrato

13. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO.

13.1. A contratação dos softwares e serviços digitais para gerenciamento de mídias, EAD, automação, edição, armazenamento e inteligência artificial proporcionará diversos benefícios estratégicos e operacionais à instituição, dentre os quais destacam-se:

13.1.1. (a) **eficiência operacional:** otimização dos processos internos e redução do tempo necessário para execução de tarefas, com automação de atividades rotineiras e integração de sistemas.

13.1.2. (b) **padronização e qualidade:** garantia de consistência nos processos e produtos entregues, por meio do uso de ferramentas padronizadas e confiáveis.

13.1.3. (c) **segurança da informação:** proteção de dados sensíveis da instituição com softwares certificados, auditorias regulares e mecanismos de controle e monitoramento.

13.1.4. (d) **suporte à tomada de decisão:** disponibilização de relatórios, dashboards e análises inteligentes que permitem decisões mais rápidas e assertivas.

13.1.5. (e) **flexibilidade e escalabilidade:** capacidade de expansão dos serviços e ajustes conforme novas demandas ou aumento da demanda institucional.

13.1.6. (f) **aprimoramento do ensino e capacitação:** possibilidade de utilização de ferramentas de EAD para treinamento interno, capacitação contínua e disseminação de conhecimento de forma estruturada.

13.2. Esses benefícios consolidam a contratação como instrumento essencial para modernização, maior eficiência administrativa e fortalecimento da atuação estratégica da instituição.

14. ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE SERVIÇOS.

14.1. As estimativas apresentadas encontram-se detalhadamente registradas no DFD, cabendo à empresa contratada observar integralmente os critérios e requisitos nele estabelecidos, bem como aqueles constantes deste ETP e demais documentos correlatos.

14.2. Ressalta-se que o CRN-6 não assume a obrigação de contratar quaisquer das quantidades, mínimas ou totais, previstas nas atas de registro de preços. Em eventual contratação, o Conselho se reserva o direito de adquirir apenas o quantitativo que considerar necessário, observando os princípios da razoabilidade, legalidade e a disponibilidade orçamentária.

14.3. Na ocorrência de eventual omissão ou lacuna, esta deverá ser suprida com fundamento na legislação aplicável, especialmente na Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), sempre pautada na primazia do interesse público e nos princípios que regem a Administração Pública.

14.4. A seguir, apresenta-se tabela contendo a relação de itens compatíveis entre o DFD nº 17:

Nº	Item / Ferramenta	Finalidade	Qtd.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)	Situação Proposta
01	Mlabs – Plano Completo	Gerenciamento de mídias sociais	1	R\$ 1.460,61	R\$ 1.460,61	Sob demanda
02	EAD Plataforma – Essentials	Cursos online	1	R\$ 10.015,30	R\$ 10.015,30	Sob demanda
03	Canva – Plano Equipes	Editoração de imagens	1	R\$ 1.493,21	R\$ 1.493,21	Obrigatório
04	CapCut	Edição de vídeos	1	R\$ 683,55	R\$ 683,55	Sob demanda
05	Duda – Plano Equipe	Desenvolvimento de sites	1	R\$ 3.518,60	R\$ 3.518,60	Obrigatório
06	Jivochat Básico	Atendimento por <i>chatbot</i>	12	R\$ 1.414,58	R\$ 16.974,96	Sob demanda
07	Google Workspace Business Plus	E-mail, armazenamento e videoconferência	10	R\$ 2.963,67	R\$ 29.636,70	Obrigatório
08	LOCASMS	Envio de SMS (300 mil envios)	1	R\$ 28.783,33	R\$ 28.783,33	Obrigatório
09	Anydesk – Plano Standard	Acesso remoto	1	R\$ 3.143,52	R\$ 3.143,52	Sob demanda
10	ChatGPT – Plano Plus	Apoio em demandas de texto e IA	1	R\$ 2.472,00	R\$ 2.472,00	Sob demanda
11	OpenAI – gpt-4o-mini	Integração com IA	1	R\$ 3.345,80	R\$ 3.345,80	Sob demanda
12	Make – Plano Pro	Automação de fluxos	1	R\$ 2.093,33	R\$ 2.093,33	Sob demanda
13	Super Agentes – Plano Gerencial	Criação de <i>chatbots</i> inteligentes	6	R\$ 1.345,42	R\$ 8.072,52	Sob demanda
14	Supabase – Plano Pro	Desenvolvimento de <i>backends</i>	1	R\$ 2.994,18	R\$ 2.994,18	Sob demanda
15	Gamma – Plano Pro	Criação de apresentações	1	R\$ 1.483,50	R\$ 1.483,50	Sob demanda
16	Tactiq – Plano Equipe	Transcrição de reuniões	2	R\$ 2.438,67	R\$ 4.877,34	Sob demanda
17	Acrobat Pro para Equipes	Edição de PDFs	5	R\$ 1.470,00	R\$ 7.350,00	Sob demanda
18	Elevenlabs – Plano Pro	Áudio IA	1	R\$ 2.371,45	R\$ 2.371,45	Sob demanda
19	Pixverse – Plano Pro	IA para vídeos animados	1	R\$ 4.038,51	R\$ 4.038,51	Sob demanda
20	D-ID – Plano Pro	Agentes de IA visual	1	R\$ 1.846,67	R\$ 1.846,67	Sob demanda
21	MidJourney Standard	IA para imagens 4K	1	R\$ 2.866,67	R\$ 2.866,67	Sob demanda
22	Power BI Pro	Análise de dados e indicadores	1	R\$ 1.073,13	R\$ 1.073,13	Obrigatório
23	Empresas Aqui - Plano Plus	Oferece uma base de dados robusta e filtros detalhados que permitem identificar e segmentar empresas	1	R\$ 3.576,63	R\$ 3.576,63	Sob demanda
24	Plataforma de Curso - Alura Curso Plano Pro	Capacitação continuada dos colaboradores, voltados à área de tecnologia e inovação	1	R\$ 377,50	R\$ 4.530,00	Sob demanda

15. ESTIMATIVA E CÁLCULO DOS CUSTOS TOTAIS DA CONTRATAÇÃO.

15.1. O valor estimado da contratação é de **R\$ 148.701,35 (cento e quarenta e oito mil, setecentos e um reais e trinta e cinco centavos)**, conforme Tabela de Valores Estimados (SEI nº 2124900) e Relatórios de Pesquisas de Preços (SEI nº 2127111 e 2176414).

16. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO.

16.1. A equipe responsável pelo planejamento da presente contratação foi composta pelo Sr. Emerson Eloy, Chefe do Setor de Licitações e Contratos, responsável pela elaboração deste ETP, e pelo Sr. Gabriel Albuquerque, Supervisor Administrativo, encarregado de dar suporte à instrução do processo, com atividades como elaboração de relatórios, levantamento de informações junto ao setor requisitante e análise de correlação entre as necessidades do CRN-6 e os itens constantes nas Atas de Registro de Preços.

16.2. As soluções aqui apresentadas foram desenvolvidas com base nas informações fornecidas pelo Sr. Nairton Severiano, Chefe do Setor de TIC deste Conselho e requisitante da demanda, tanto por meio do DFD SEI nº 2136011 quanto dos demais processos correlatos.



Documento assinado eletronicamente por **Emerson Alexandre Eloy da Silva, Assessor de Licitações e Contratos**, em 06/01/2026, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §2º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL ALBUQUERQUE CALAZAR DOS SANTOS, Supervisor Administrativo III**, em 07/01/2026, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §2º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfn.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2267124** e o código CRC **3087FD7C**.



CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO 6ª REGIÃO
Rua Senador José Henrique, 231, Recife/PE, CEP 50070-460
Telefone: (81) 4042-2494 - <http://crn6.org.br/> - E-mail: crn6@crn6.org.br

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD)

INTRODUÇÃO

De acordo com o inciso IV do art. 2º do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, o Documento de Formalização de Demanda (DFD) é o documento que fundamenta o plano de contratações anual, em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação

Adicionalmente, o art. 8º do Decreto nº 10.947, de 2022 e § 1º do art. 10 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, especificam as informações mínimas requeridas ao preenchimento do DFD no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), as quais serão detalhadas nos tópicos a seguir.

PREENCHIMENTO PELA ÁREA REQUISITANTE

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 - Data prevista para conclusão do processo:

Considerando o grau de prioridade da contratação, sugiro que o processo seja concluído até o dia **3 de outubro de 2025**.

1.2 - Descrição sucinta do objeto:

Aquisição de software e serviços digitais destinados ao gerenciamento de mídias sociais, plataformas de ensino à distância, automação de processos, edição de imagens, vídeos e apresentações, armazenamento e compartilhamento de dados em nuvem, atendimento digital, bem como soluções baseadas em inteligência artificial para comunicação, análise e suporte às atividades administrativas e institucionais do CRN-6.

1.3 - Grau de prioridade da compra ou da contratação:

Média, embora se trate de ferramentas essenciais para garantir a continuidade das atividades administrativas, comunicacionais e de capacitação do CRN-6, sem as quais haverá prejuízos às rotinas do órgão e ao atendimento aos profissionais e sociedade, existem contratos vigentes para a prestação de tais serviços.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 - Justificativa da necessidade da contratação:

A contratação das ferramentas digitais é necessária para modernizar, otimizar e dar continuidade às atividades do CRN-6. O Conselho precisa aprimorar a gestão da comunicação com os profissionais e a sociedade (gerenciamento de mídias sociais, edição de imagens e vídeos, disparo de SMS, atendimento por *chatbot* e videoconferências), fortalecer sua capacidade de capacitação (plataforma EAD, aplicativos de transcrição, edição e apresentações), além de garantir suporte tecnológico (armazenamento em nuvem, acesso remoto, automação de processos, *back-end*, inteligência artificial e business *intelligence*).

As quantidades solicitadas foram dimensionadas a partir do número de usuários internos (diretoria, gerências, equipe de TI e áreas de apoio), bem como da demanda prevista de cursos, eventos online e comunicações externas. Dessa forma, a contratação permitirá maior eficiência, produtividade e transparência na gestão do CRN-6.

2.2 - Indicação de vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda.

Esta demanda não depende de outro DFD prévio, mas se conecta diretamente ao planejamento estratégico de modernização tecnológica e comunicação institucional do CRN-6.

2.3 - Justificativa para indicação de marca e/ou modelo.

A indicação expressa das marcas e modelos decorre da necessidade de alinhar a contratação às diretrizes específicas aplicáveis ao licenciamento de software e serviços agregados.

Inicialmente, observa-se que o licenciamento aqui demandado envolve não apenas o direito de uso dos softwares, mas também serviços agregados de atualização, manutenção e suporte técnico (item 1.2). Nesse sentido, a escolha das marcas atende ao dever de alinhar a aquisição às necessidades institucionais, evitando gastos com soluções ineficientes ou que não seriam utilizadas em sua plenitude.

Em conformidade com o item 1.3.2, foi avaliada a necessidade da contratação de serviços agregados ao software, sendo constatado que a continuidade do suporte técnico e a garantia de atualização de versões constituem elementos essenciais à execução das atividades do CRN-6, sob pena de risco de descontinuidade operacional.

Foram prospectadas alternativas de atendimento junto a diferentes fornecedores, **não tendo sido identificadas soluções que atendessem de maneira equivalente às funcionalidades demandadas**. Ademais, a padronização tecnológica adotada pelo órgão limita a substituição por produtos distintos, sob pena de incompatibilidade de integração, retrabalho e necessidade de novos treinamentos, o que contraria os princípios da eficiência e da economicidade.

2.4 - Atesto quanto à inexistência de soluções compatíveis no mercado, inclusive no Software Público Brasileiro.

Atesto, para os devidos fins, que foi realizada pesquisa no âmbito do Software Público Brasileiro (SPB), instituído pela Portaria STI/MP nº 46, de 28/09/2016, com as alterações da Portaria SGD/ME nº 3, de 27/06/2019, **não sendo identificadas soluções que ofereçam equivalência funcional ou compatibilidade tecnológica com os softwares e serviços ora demandados**.

Constatou-se que não existem alternativas de software livre ou de código aberto no repositório oficial do SPB capazes de atender, de forma adequada e completa, às necessidades do CRN-6, seja no tocante ao licenciamento de ferramentas de inteligência artificial, seja quanto às plataformas de design, edição, armazenamento em nuvem e gestão de mídias digitais.

Assim, a contratação dos produtos e serviços ora indicados mostra-se **indispensável** para a adequada execução das atividades finalísticas do Conselho, bem como para assegurar a padronização tecnológica, a continuidade dos serviços e a eficiência administrativa, em estrita observância às normas vigentes.

2.5 - Classificação e Justificativa das Soluções Tecnológicas Demandadas: Itens Indispensáveis e Facultativos.

Itens Indispensáveis

(a) Canva – Plano Equipes

Objeto: Solução colaborativa para criação e edição de materiais gráficos, incluindo posts, relatórios, campanhas, apresentações e identidades visuais.

Justificativa: Essencial para a padronização da comunicação institucional, permitindo a produção ágil de materiais oficiais e otimizando a imagem do Conselho perante o público interno e externo.

(b) Duda – Plano Equipe

Objeto: Plataforma para criação, hospedagem e gerenciamento de sites institucionais, com suporte a trabalho em equipe e integração com outros sistemas.

Justificativa: Garante autonomia e flexibilidade na manutenção de portais e páginas do CRN-6, assegurando comunicação digital eficiente e constante atualização dos conteúdos institucionais.

(c) Google Workspace – Business Plus

Objeto: Suíte de produtividade corporativa para comunicação, armazenamento em nuvem, edição colaborativa de documentos e realização de reuniões virtuais, com recursos avançados de administração e segurança.

Justificativa: Ferramenta central de gestão do trabalho colaborativo, essencial à execução das rotinas administrativas, à guarda segura de informações e ao alinhamento das equipes.

(d) LocaSMS

Objeto: Serviço para envio em massa de mensagens de texto (SMS), com relatórios e integrações para comunicação institucional e campanhas oficiais.

Justificativa: Necessário para garantir o alcance rápido e direto de informações relevantes à categoria profissional e ao público-alvo, complementando os canais de comunicação do CRN-6.

(e) Power BI Pro

Objeto: Plataforma para análise de dados e desenvolvimento de relatórios dinâmicos e dashboards interativos, com possibilidade de compartilhamento em tempo real.

Justificativa: Fundamental para subsidiar decisões estratégicas com base em dados, possibilitando maior controle, transparência e eficiência na gestão das informações institucionais.

Itens Facultativos

(a) Mlabs – Plano Completo

Objeto: Plataforma de gestão de redes sociais para agendamento de publicações, atendimento de mensagens, monitoramento e análise de desempenho digital.

Justificativa: Suporte complementar à comunicação institucional, permitindo maior engajamento nas mídias sociais e mensuração de resultados digitais.

(b) EAD Plataforma – Essentials

Objeto: Ambiente virtual de aprendizagem para hospedagem, gestão e acompanhamento de cursos e treinamentos online.
Justificativa: Importante para a realização de capacitações internas e ações de formação voltadas à categoria profissional, com maior alcance e menor custo.

(c) CapCut

Objeto: Aplicativo de edição de vídeos, com funcionalidades de cortes, efeitos, legendagem automática e integração com redes sociais.
Justificativa: Complementa a comunicação institucional com conteúdos audiovisuais modernos, de baixo custo e alto alcance, ampliando a difusão de informações do CRN-6.

(d) JivoChat – Básico

Objeto: Sistema de atendimento digital multicanal, integrando chat em site, WhatsApp, redes sociais e telefone, com relatórios de interação.
Justificativa: Possibilita maior proximidade e eficiência no atendimento ao público, consolidando os diversos canais de comunicação em uma única plataforma.

(e) AnyDesk – Plano Standard

Objeto: Software de acesso remoto seguro, com recursos para suporte técnico e colaboração à distância.
Justificativa: Reforça a agilidade na resolução de problemas técnicos e possibilita atendimento remoto sem necessidade de deslocamento, otimizando tempo e recursos.

(f) ChatGPT – Plano Plus

Objeto: Ferramenta de inteligência artificial para geração de textos, análises, resumos e apoio a atividades administrativas.
Justificativa: Contribui para a automação de tarefas repetitivas, ganho de produtividade e suporte a atividades que exigem elaboração textual.

(g) OpenAI – gpt-4o-mini

Objeto: Modelo de IA para automação de tarefas textuais rápidas, com foco em consultas contextuais de baixo custo.
Justificativa: Solução complementar de baixo custo, que possibilita uso racional da inteligência artificial em atividades administrativas cotidianas.

(h) Make – Plano Pro

Objeto: Plataforma de automação e integração de processos entre sistemas e aplicativos, com fluxos de trabalho personalizados.
Justificativa: Permite otimizar rotinas internas e integrar diferentes softwares, reduzindo retrabalho e aumentando a eficiência dos processos.

(i) Super Agentes – Plano Gerencial

Objeto: Ferramenta para criação e gestão de agentes virtuais, voltada para automação de atendimento e suporte a usuários.
Justificativa: Amplia a capacidade de atendimento institucional e reduz a sobrecarga das equipes, oferecendo suporte automatizado a demandas recorrentes.

(j) Supabase – Plano Pro

Objeto: Banco de dados em nuvem e plataforma de backend como serviço (BaaS), destinado ao desenvolvimento e gestão de aplicações web.
Justificativa: Suporte ao desenvolvimento de soluções digitais personalizadas, com gestão segura e escalável de dados.

(k) Gamma – Plano Pro

Objeto: Plataforma para criação de apresentações dinâmicas e conteúdos visuais interativos, com suporte de inteligência artificial.
Justificativa: Auxilia na produção de materiais interativos e modernos para treinamentos, reuniões e apresentações institucionais.

(l) Tactiq – Plano Equipe

Objeto: Ferramenta de transcrição em tempo real de reuniões online (Google Meet, Zoom, Teams), com exportação de atas e resumos automáticos.
Justificativa: Facilita a documentação de reuniões, assegurando maior transparência e redução de erros em registros administrativos.

(m) Acrobat Pro para Equipes

Objeto: Solução corporativa para criação, edição, conversão e assinatura digital de documentos em PDF, com recursos colaborativos.
Justificativa: Essencial para a gestão de documentos oficiais, com segurança jurídica e aderência às práticas de transformação digital.

(n) ElevenLabs – Plano Pro

Objeto: Plataforma de inteligência artificial para síntese e clonagem de voz, com geração de áudios realistas e multilíngues.
Justificativa: Ferramenta inovadora para campanhas institucionais acessíveis e personalizadas, ampliando a comunicação inclusiva.

(o) Pixverse – Plano Pro

Objeto: Aplicativo baseado em IA para criação de imagens e vídeos institucionais a partir de descrições textuais.

Justificativa: Suporte à produção rápida e criativa de materiais audiovisuais, reduzindo custos de terceirização.

(p) D-ID – Plano Pro

Objeto: Ferramenta para geração de avatares e vídeos realistas a partir de imagens e textos, voltada a treinamentos e apresentações digitais.

Justificativa: Inovação aplicada a capacitações internas e comunicação institucional, tornando conteúdos mais interativos.

(q) MidJourney – Standard

Objeto: Plataforma de inteligência artificial para criação de imagens de alta qualidade a partir de comandos textuais.

Justificativa: Possibilita a criação de artes exclusivas para campanhas e materiais visuais, reduzindo dependência de bancos de imagens pagos.

3. MATERIAIS/SERVIÇOS

Estimativa Global – Média de Preço					
Item	Especificação	Quantidade	CATSER	Valor unitário	Valor total
01	Gerenciamento de Mídias Sociais Plataforma: MLabs - Plano Completo.	01	27502	R\$ 1.460,61	R\$ 1.460,61
02	Plataforma de cursos on-line Plataforma: EAD Plataforma - Plano Essentials	01	27502	R\$ 10.015,30	R\$ 10.015,30
03	Editoração de imagens Plataforma: Canva - Plano Equipes	01	27502	R\$ 1.493,21	R\$ 1.493,21
04	Edição de vídeos Plataforma: Cap Cut	01	27502	R\$ 683,55	R\$ 683,55
05	Editor de Sites Plataforma: Duda - Plano Equipe	01	27502	R\$ 3.518,60	R\$ 3.518,60
06	Atendimento por Chat bot Plataforma: Jivochat - Plano Básico	12	27502	R\$ 1.414,58	R\$ 16.974,96
07	Armazenamento e videoconferência Plataforma: Google Workspace - Plano Business Plus	10	18112	R\$ 2.963,67	R\$ 29.636,70
08	Ferramenta de envio de SMS, previsão de 300.000 envios Plataforma: LOCASMS	01	27502	R\$ 28.783,33	R\$ 28.783,33
09	Software para acessar e controlar computadores e outros dispositivos de forma remota Plataforma: Anydesk - Plano Standard	01	27502	R\$ 3.143,52	R\$ 3.143,52
10	Ferramenta de apoio a situações de trabalho do CRN-6 Plataforma: ChatGPT - Plano Plus	01	27502	R\$ 2.472,00	R\$ 2.472,00
11	Criação de API para conexão com outras plataformas de criação de agentes inteligentes Plataforma: OpenAI - Modelo: gpt-4o-mini	01	27502	R\$ 3.345,80	R\$ 3.345,80
12	Ferramenta de automação que permite conectar aplicativos e automatizar fluxos de trabalho Plataforma: Make – Plano Pró	01	27502	R\$ 2.093,33	R\$ 2.093,33
13	Plataforma para criação de Chatbots inteligentes Plataforma: Super Agentes - Plano Gerencial	06	27502	R\$ 1.345,42	R\$ 8.072,52
14	Plataforma para desenvolvimento de backhands Plataforma: Supabase - Plano Pró	01	27502	R\$ 2.994,18	R\$ 2.994,18
15	Aplicativo que usa inteligência artificial para criar apresentações, documentos e páginas da web de forma rápida e profissional Plataforma: Gamma - Plano Pró	01	27502	R\$ 1.483,50	R\$ 1.483,50
16	Ferramenta de transcrição de reuniões que utiliza inteligência artificial para transcrever e resumir reuniões online em tempo real Plataforma: Tactiq - Plano Equipe	02	27502	R\$ 2.438,67	R\$ 4.877,34
17	Software para tratamento de arquivo PDF Plataforma: Acrobat - Plano Pró para equipes (Pacote com 5)	05	27502	R\$ 1.470,00	R\$ 7.350,00
18	Áudio IA de alta qualidade audiolivros, vídeos e podcasts, locuções, dublagens em mais de 30 idiomas, clone de voz Plataforma: Elevenlabs - Plano Pró	01	27502	R\$ 2.371,45	R\$ 2.371,45

19	Software de IA para vídeos de animações e criações Plataforma: Pixverse - Plano Pró	01	27502	R\$ 4.038,51	R\$ 4.038,51
20	Agentes de IA Visual Plataforma: D-ID - Plano Pró	01	27502	R\$ 1.846,67	R\$ 1.846,67
21	Software de IA para geração de imagens 4K Plataforma: Midjourney - Plano Standard	01	27502	R\$ 2.866,67	R\$ 2.866,67
22	Ferramenta de trabalho que permite coletar, exibir relatórios e dashboards de dados, numa plataforma única. Plataforma: Power BI - Plano Pró	01	27502	R\$ 1.073,13	R\$ 1.073,13
23	Plataforma oferece uma base de dados robusta e filtros detalhados que permitem identificar e segmentar empresas. Plataforma: Empresas Aqui - Plano Plus	01	27502	R\$ 3.576,63	R\$ 3.576,63
Valor total:					R\$ 144.171,51 (cento e quarenta e quatro mil, cento e setenta e um reais e cinquenta centavos)

4. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE E RESPONSÁVEIS

Área Requisitante (Unidade/Setor/Depto): Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - CRN-6	
Responsável(eis) pela demanda: Nairton Severiano da Silva	
Matrícula nº 21	Cargo/Função: Chefe do Setor TIC

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Recife-PE, 03 de setembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **NAIRTON SEVERIANO DA SILVA, Chefe de Setor**, em 17/09/2025, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §2º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfn.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2136011** e o código CRC **BB6C3A75**.

**CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO 6ª REGIÃO**

Rua Senador José Henrique, 231, Recife/PE, CEP 50070-460
Telefone: 81 40422494 - <http://crn6.org.br/> - E-mail: crn6@crn6.org.br

Expediente nº 1/2025/CRN6-TIC

Recife-PE, 03 de outubro de 2025.

A(a) Senhor(a)

SETOR DE COMPRASAssunto: **Inclusão de mais um item no processo de compras.**

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 060634.000014/2025-65.

Prezado Gabriel,

Favor incluir mais um item no processo de compras, pelo qual venceu o contrato, que seria a **Plataforma de Curso - Alura Curso Plano Pró.**

Desde já agradecemos a compreensão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **NAIRTON SEVERIANO DA SILVA, Chefe de Setor**, em 03/10/2025, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §2º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfn.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2172950** e o código CRC **FD50C26A**.